



Aos dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se, pelas dezasseis horas e quarenta minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Vice-Presidente da Câmara, Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU), de acordo com o Despacho n.º 327/2022 (conforme documento anexo à presente ata sob o registo n.º 1), e na mesma estiveram presentes os Srs. Vereadores, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Vítor Manuel Ramalho Ferreira (PS), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), Joel Alexandre Neves Marques (PS) e Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU).

O Sr. Vereador Ricardo Jorge Fialho Oliveira (CDU) esteve presente, ficando o documento de verificação da identidade e legitimidade de membro substituto arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 2.

O Sr. Vereador Nuno Filipe de Jesus Marques Nunes da Cruz (PS) esteve presente em substituição da Sr. Vereador Fernando Miguel Catarino José (PS), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 3 e 4.

O Sr. Vereador Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado (PPD/PSD) esteve presente em substituição da Sr. Vereador Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 5 e 6.

A Sra. Vereadora Sandra Marina Lopes Frota (PS) esteve presente em substituição da Sra. Vereadora Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 7 e 8.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio, de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 9.

Ordem de Trabalhos

- A) **Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. **Informações à Câmara (eventual apresentação)**
 - 2. **Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) **Período da Ordem do Dia**
 - 1. **Deliberação n.º 3697/2022 – Proposta n.º 32/2022 – GAP – Parecer do Município de Setúbal no âmbito da Consulta Pública do Projeto “Waste Heat Recovery” na Fábrica da Secil no Outão, Setúbal**
 - 2. **Deliberação n.º 3698/2022 – Proposta n.º 33/2022 – GAP – Medidas extraordinárias de mitigação dos efeitos da crise económica e social para o ano 2023**

3. **Deliberação n.º 3699/2022 – Proposta n.º 2644/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de São Jorge, n.ºs 25, 27 e 29 – 1.º Andar, em Setúbal**
4. **Deliberação n.º 3700/2022 – Proposta n.º 2645/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Augusto Cardoso, n.º 47, tornejando para a Travessa das Lobas, n.º 20, em Setúbal**
5. **Deliberação n.º 3701/2022 – Proposta n.º 2646/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de Vanicelos, n.º 12 - R/C Dto., em Setúbal**
6. **Deliberação n.º 3702/2022 – Proposta n.º 2647/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Amadeu de Sousa Cardoso, n.ºs 9 a 11, Praceta Santa Rita-Pintor, n.ºs 4 a 6 – 5.º Dto., em Setúbal**
7. **Deliberação n.º 3703/2022 – Proposta n.º 2648/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Sítio de Picheiros, Azeitão**
8. **Deliberação n.º 3704/2022 – Proposta n.º 2649/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida D. Manuel I, n.º 31 – 3.º Dto., em Setúbal**
9. **Deliberação n.º 3705/2022 – Proposta n.º 2650/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Augusto dos Santos, Lote 15 – 1.º Dto., em Setúbal**
10. **Deliberação n.º 3706/2022 – Proposta n.º 2651/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Bartolomeu Dias, n.º 24 – 3.º Dto., em Setúbal**
11. **Deliberação n.º 3707/2022 – Proposta n.º 2652/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Sítio de Picheiros, Azeitão**
12. **Deliberação n.º 3708/2022 – Proposta n.º 2653/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua João Maria Jales, n.º 12 – 1.º Dto., em Setúbal**
13. **Deliberação n.º 3709/2022 – Proposta n.º 2654/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Figueirão e Cachoeiras, Azeitão**
14. **Deliberação n.º 3710/2022 – Proposta n.º 2655/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Frei António das Chagas, n.º 29 – 3.º Dto., em Setúbal**
15. **Deliberação n.º 3711/2022 – Proposta n.º 2656/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Agostinho da Silva, n.º 2 - R/C Dto., em Setúbal**
16. **Deliberação n.º 3712/2022 – Proposta n.º 2657/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Gama Braga, n.º 14, em Setúbal**
17. **Deliberação n.º 3713/2022 – Proposta n.º 2658/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Cevedeira, Praceta João Soares, n.º 4 - R/C Frt., em Setúbal**
18. **Deliberação n.º 3714/2022 – Proposta n.º 2659/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Fé, n.º 18 – 3.º Frt., em Setúbal**
19. **Deliberação n.º 3715/2022 – Proposta n.º 2660/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Pedro da Silva "O Luminárias", n.ºs 11, 11A e 11B – 4.º A, em Setúbal**

20. **Deliberação n.º 3716/2022 – Proposta n.º 2661/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Luísa Todi, n.ºs 414 e 416 – 2.º Andar, em Setúbal**
21. **Deliberação n.º 3717/2022 – Proposta n.º 2662/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Dom Paio Peres Correia, n.º 9 – 2.º Esq., em Setúbal**
22. **Deliberação n.º 3718/2022 – Proposta n.º 2663/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua D. Pedro Fernandes Sardinha, n.º 1-B - R/C Esq., em Setúbal**
23. **Deliberação n.º 3719/2022 – Proposta n.º 2664/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Ana Gonçalves, n.º 1 – 5.º C, em Setúbal**
24. **Deliberação n.º 3720/2022 – Proposta n.º 2665/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Olavo Bilac, n.ºs 1, 3, 5 e 7 – 2.º Dto., em Setúbal**
25. **Deliberação n.º 3721/2022 – Proposta n.º 2666/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada da Baixa de Palmela, n.º 27 - R/C Loja, em Setúbal**
26. **Deliberação n.º 3722/2022 – Proposta n.º 2667/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada da Baixa de Palmela, n.º 27 – 1.º Esq., em Setúbal**
27. **Deliberação n.º 3723/2022 – Proposta n.º 2668/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada da Baixa de Palmela, n.º 27 – 1.º Frt., em Setúbal**
28. **Deliberação n.º 3724/2022 – Proposta n.º 2669/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada da Baixa de Palmela, n.º 27 – 1.º Dto., em Setúbal**
29. **Deliberação n.º 3725/2022 – Proposta n.º 2670/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada da Baixa de Palmela, n.º 27 – 2.º Dto., em Setúbal**
30. **Deliberação n.º 3726/2022 – Proposta n.º 2671/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada da Baixa de Palmela, n.º 27 – 3.º Dto., em Setúbal**
31. **Deliberação n.º 3727/2022 – Proposta n.º 2672/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada da Baixa de Palmela, n.º 27 – 3.º Esq., em Setúbal**
32. **Deliberação n.º 3728/2022 – Proposta n.º 2673/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida São Francisco Xavier, Lote 7 – 4.º Andar, em Setúbal**
33. **Deliberação n.º 3729/2022 – Proposta n.º 2674/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Nuno Álvares, n.ºs 8, 8A e 8B - R/C B, em Setúbal**
34. **Deliberação n.º 3730/2022 – Proposta n.º 2675/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – João Eloy do Amaral, n.ºs 55 e 57, em Setúbal**
35. **Deliberação n.º 3731/2022 – Proposta n.º 2676/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Camilo Castelo Branco, n.º 225, gaveto com a Rua António José Baptista, n.ºs 1, 3, 3A, 5, 7, 9 e 9A – 4.º A, Bloco C, em Setúbal**
36. **Deliberação n.º 3732/2022 – Proposta n.º 2677/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Minas da Borralha, n.º 1 – 3.º C (Antigo Lote 18), em Setúbal**
37. **Deliberação n.º 3733/2022 – Proposta n.º 2678/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência**

- Rua Fernando Santos, n.º 40 C (Quinta do Montalvão, Lote 10 C), em Setúbal
38. Deliberação n.º 3734/2022 – Proposta n.º 2679/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Ruben de Carvalho, n.º 1 – 3.º C, em Setúbal
39. Deliberação n.º 3735/2022 – Proposta n.º 2680/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Praceta Pêro da Covilhã, n.º 1 – 6.º Dto., em Setúbal
40. Deliberação n.º 3736/2022 – Proposta n.º 2681/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua João Maria Afonso Lopes, n.º 3 – 3.º Esq., em Setúbal
41. Deliberação n.º 3737/2022 – Proposta n.º 2682/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Fernão Mendes Pinto, n.º 1 – 1.º C, em Setúbal
42. Deliberação n.º 3738/2022 – Proposta n.º 2683/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua dos Quatro Caminhos, n.º 26 – 4.º C, em Setúbal
43. Deliberação n.º 3739/2022 – Proposta n.º 2684/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Alameda dos Plátanos, n.º 12, em Setúbal
44. Deliberação n.º 3740/2022 – Proposta n.º 2685/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Avenida Afonso de Albuquerque, n.º 2 – 4.º A, em Setúbal
45. Deliberação n.º 3741/2022 – Proposta n.º 2686/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Almeida de Carvalho, n.º 4 – 1.º Dto., em Setúbal
46. Deliberação n.º 3742/2022 – Proposta n.º 2687/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, n.ºs 10, 10A a 10E e Rua Acácio Barradas, 2.º A, em Setúbal
47. Deliberação n.º 3743/2022 – Proposta n.º 2688/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Largo Aquilino Ribeiro, n.º 13 – 3.º Dto., em Setúbal
48. Deliberação n.º 3744/2022 – Proposta n.º 2689/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Avenida Natália Correia, n.º 18 – 1.º Dto., em Setúbal
49. Deliberação n.º 3745/2022 – Proposta n.º 2690/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Lúcia da Encarnação Maracoto, n.º 63 – 5.º A, em Setúbal
50. Deliberação n.º 3746/2022 – Proposta n.º 2691/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua da Alfazema, n.º 11 – 2.º Dto., em Setúbal
51. Deliberação n.º 3747/2022 – Proposta n.º 2692/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Avenida Joaquim Campos, Lote 1 - R/C Esq., em Setúbal
52. Deliberação n.º 3748/2022 – Proposta n.º 2693/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Fernão Lopes, n.ºs 10, 10A, 10B e 10C – 6.º Esq., em Setúbal
53. Deliberação n.º 3749/2022 – Proposta n.º 2694/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Avenida Bento de Jesus Caraça, n.º 75 – 1.º C, em Setúbal
54. Deliberação n.º 3750/2022 – Proposta n.º 2695/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência

- Rua João Eloy do Amaral, n.ºs 116 a 132, tornejando para a Travessa das Amoreiras, n.ºs 1 e 3 - R/C, em Setúbal
55. Deliberação n.º 3751/2022 – Proposta n.º 2696/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua General Gomes Freire, n.ºs 148, 150 e 152, gaveto com a Rua Camilo Castelo Branco – 1.º Esq., em Setúbal
56. Deliberação n.º 3752/2022 – Proposta n.º 2697/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento de Jesus Caraça, n.ºs 79 a 85, tornejando para Rua Jorge Claro e Largo José Joaquim Cabecinha, n.ºs 8 a 8D – 1.º G, em Setúbal
57. Deliberação n.º 3753/2022 – Proposta n.º 2698/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Camilo Castelo Branco, n.º 132 - R/C Dto., em Setúbal
58. Deliberação n.º 3754/2022 – Proposta n.º 2699/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Moinho do Frade, n.ºs 26 a 32, com traseiras para a Rua General Gomes Freire, n.ºs 85 a 95 – 5.º Andar, em Setúbal
59. Deliberação n.º 3755/2022 – Proposta n.º 2700/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Poeta Bocage, n.ºs 10 e 12 – 1.º Dto., em Azeitão
60. Deliberação n.º 3756/2022 – Proposta n.º 2701/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Tenente Jean Raymond, n.º 7 – R/C D, em Setúbal
61. Deliberação n.º 3757/2022 – Proposta n.º 2702/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Renovação do contrato de concessão do uso privativo de terreno do domínio público, para instalação e exploração de parque de campismo, na Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra – Clube de Campismo de Setúbal
62. Deliberação n.º 3758/2022 – Proposta n.º 2705/2022 – DAF/DICONT – 8.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 7.ª ao Plano de Atividades e 7.ª ao Plano Plurianual de Investimentos
63. Deliberação n.º 3776/2022 – Proposta n.º 2642/2022 – DAF/DICOR – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do ano 2022 a cobrar em 2023 e participação variável do IRS no ano de 2023
64. Deliberação n.º 3759/2022 – Proposta n.º 97/2022 – DCDJ – Aditamento ao Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Setúbal, a União das Freguesias de Setúbal e a Associação Centro de Bem Estar Social dos Reformados e Idosos de Setúbal
65. Deliberação n.º 3760/2022 – Proposta n.º 98/2022 – DCDJ/DISOC – Comemorações do Dia Internacional das Pessoas Idosas 2022 – Apoio financeiro
66. Deliberação n.º 3761/2022 – Proposta n.º 799/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura para alterações de fachada - Processo n.º 428/21
67. Deliberação n.º 3762/2022 – Proposta n.º 800/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de moradia unifamiliar, garagem, piscina e muro de vedação - Processo n.º 171/22
68. Deliberação n.º 3763/2022 – Proposta n.º 801/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de moradia unifamiliar térrea, alpendre/pala, garagem, piscina e muro de vedação - Processo n.º 186/22
69. Deliberação n.º 3764/2022 – Proposta n.º 802/2022 – DURB/DIGU – Aprovação das alterações às especificações do alvará de loteamento n.º 2/1983 - Processo n.º 245/83
70. Deliberação n.º 3765/2022 – Proposta n.º 803/2022 – DURB/DIGU – Homologação do auto de vistoria – Alojamento local - Processo n.º 173/22

71. *Deliberação n.º 3766/2022 – Proposta n.º 804/2022 – DURB/DIGU – Homologação do auto de vistoria – Alojamento local - Processo n.º 177/22*
 72. *Deliberação n.º 3767/2022 – Proposta n.º 805/2022 – DURB/DIGU – Emissão de parecer favorável à ocupação do espaço público - Processo n.º 89/22*
 73. *Deliberação n.º 3768/2022 – Proposta n.º 806/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura - Processo n.º 83/22*
 74. *Deliberação n.º 3769/2022 – Proposta n.º 807/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura, de legalização de alterações efetuadas ao edifício de usos mistos, alteração de uso de uma unidade suscetível de utilização independente e concessão da licença construção - Processo n.º 311/22*
 75. *Deliberação n.º 3770/2022 – Proposta n.º 808/2022 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de alteração de edifício habitacional - Processo n.º 341/21*
 76. *Deliberação n.º 3771/2022 – Proposta n.º 809/2022 – DURB/GAPRU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 454/04*
 77. *Deliberação n.º 3772/2022 – Proposta n.º 810/2022 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de reabilitação e ampliação de edifício habitacional - Processo n.º 551/21*
 78. *Deliberação n.º 3773/2022 – Proposta n.º 811/2022 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de reconstrução e alteração de edifício afeto a serviços - Processo n.º 337/21*
 79. *Deliberação n.º 3774/2022 – Proposta n.º 812/2022 – DURB/GARIU – Lona publicitária c/ 30m2 em empena - Processo n.º 160/15*
 80. *Deliberação n.º 3775/2022 – Proposta n.º 5/2022 – GAVPSD – Medidas de Apoio às Famílias e Empresas*
- C) *Período destinado à intervenção do Público*

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

Não houve.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sra. Vice-Presidente – Informou que o senhor Presidente não podia estar presente por motivos de doença, pelo que iria conduzir a reunião.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Referiu que tinha uma questão que estava relacionada com o relatório de sinistralidade. Disse que tinha verificado no site do Município, sendo que o último relatório publicado datava de 2017, pelo que questionou se os relatórios tinham sido feitos anualmente, uma vez que não tinham sido publicados no relatório do Município.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que tinha tomado conhecimento que a entidade estatística europeia Eurostat tinha dado parecer favorável à criação da NUT II da Península de Setúbal. O PSD através dos seus deputados, lutaram para que voltasse a existir, uma vez que era algo importante para a região, pelo facto de através daquela via conseguirem um conjunto de investimentos importantes para a Península de Setúbal, podendo ter uma participação maior da União Europeia.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que estiveram algum tempo a aguardar o visto do Tribunal de Contas para o Forte de São Filipe, pelo que poderiam arrancar com a obra. Deu nota do visto da Axians e da aquisição do sistema informático. Na altura tinha sido feito um ajusto direto por um valor muito elevado e havia dúvidas se aquela proposta seria aceitável do ponto de vista do Tribunal de Contas, tendo recebido a semana anterior de um visto favorável do Tribunal de Contas, em relação à contratação.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que pegava nas palavras do senhor Vereador Paulo Calado, valorizando a deliberação do Eurostat, que fazia de um passo importante não só para o reconhecimento da necessidade da criação da NUT III, mas também para a possibilidade da criação da NUT II e que tudo o que aquilo implicava e significava no próximo quadro comunitário, para que pudesse existir um Programa Operacional Regional da Península de Setúbal, valorizando todo o percurso que tinha sido feito ao longo de muitos anos, pela Associação de Municípios da Região de Setúbal, a qual tinha assumido um papel preponderante, bem como todas as entidades, todas as organizações, a comunidade empresarial da região, o conjunto dos partidos políticos. Independentemente de alguma contradição que tivesse existido, todos lutaram e propuseram a medida da criação da NUT II Península de Setúbal e NUT III Península de Setúbal. Esperava que na sua concretização fossem criados os instrumentos necessários para servir a região, as empresas da região, a população e que se conseguisse no próximo período encontrar a unidade necessária, afastado de questões de interesse partidário mais mediático e que se concentrassem na criação de condições para a construção de medidas necessárias para apoiar o investimento tão necessário na região.

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Disse que em nome da bancada do Partido Socialista ia associar-se às palavras do senhor Vereador Ricardo Oliveira, porque eram palavras justas, que falavam em relação àquela notícia positiva de uma forma que envolvia todos, independentemente com alguma contradição que tivesse existido. Tratou-se de um trabalho de todos, pelo que era uma conquista de todos. Daquilo que tinha dito o senhor Vereador Ricardo Oliveira, que seria numa expectativa mais à frente, que na prática fosse no sentido daquilo que os tinha motivado, dar força à Península e ao concelho de Setúbal.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que tinha solicitado aos serviços que pudessem fazer chegar a cada uma das bancadas, na sequência da intervenção da senhora Vereadora Patrícia Paz, apesar da mesma não se encontrar, daquilo que seria o ponto de situação do Plano Municipal para a Igualdade e não Discriminação, que de uma forma documentada poderia ajudar a que cada uma das bancadas, para que se inteirassem daquilo que seria o processo e como estaria naquele momento o ponto de situação, numa matéria que seria relevante e que o Município de Setúbal não tinha deixado de acompanhar.

Referiu que a informação que já tinha sido partilhada nos órgãos de informação da Câmara Municipal, que estava relacionada com o facto do Município de Setúbal ter recebido uma vez mais a bandeira "*Município Amigo do Desporto*", uma distinção atribuída e que muito os honrava. Tinham iniciado aquele processo no ano em que Setúbal tinha sido Cidade Europeia do Desporto. Naquele ano tinha não só particular simbolismo aquela entrega, como reconhecia Setúbal um Município que integrava, estimulava e promovia a prática desportiva junto dos diferentes agentes e públicos. Importava também ressaltar que Setúbal tinha alcançado um terceiro lugar por qualidade dos complexos desportivos, pela forma e pela gestão daqueles complexos desportivos, entre os 167 municípios. Disse que todos os dias trabalhavam para que aquela condição fosse uma realidade no Município de Setúbal.

Disse que estavam a receber naquela semana os símbolos das Jornadas Mundiais da Juventude que se iriam realizar no verão em Portugal e que Setúbal tinha vindo a acolher, com um grande envolvimento logístico. Tinha tido lugar no dia anterior manifestações simbólicas que também tinham tido lugar na porta dos Paços do Concelho e na Praça de

Bocage, pelo que gostaria de saudar aquela iniciativa que acolhia milhares de jovens, em que a Câmara Municipal de Setúbal se tinha associado.

Sra. Vice-Presidente – Disse que tinham sido mais uma vez galardoados com a bandeira da “*Sustentabilidade do ECO 21*”, que era uma marca muito importante para a Câmara Municipal de Setúbal. Em cinco anos consecutivos que o Município tinha aquela distinção, de entre os 54 municípios que obtiveram aquela bandeira. Para além de todos os projetos que estavam associados, também tinham uma grande participação tanto no programa “*Eco Escolas*” sendo muito significativa no concelho, como no programa dos “*Jovens Repórteres para o Ambiente*”, que em vários anos tinham vindo a participar.

Relativamente à “*NUT II*” tinha sido uma excelente notícia.

Em relação à questão do relatório da sinistralidade, certamente que a senhora Vereadora se estava a referir ao relatório dos acidentes internos da Câmara Municipal. Aquele relatório tinha sido publicado durante vários anos. Muita daquela informação sobre os acidentes em serviço constava do balanço social da Câmara, sendo que os mesmos tinham sido publicados. O estudo da sinistralidade muitas das vezes ia um pouco mais além do que estava no balanço social e acabava por ter alguma repetição daquilo que estava transcrito nos dois relatórios. Caso a senhora Vereadora conseguisse consultar os balanços sociais, certamente que encontraria todas aquelas informações que constavam no relatório do balanço social, no entanto, ainda não estaria atualizado o ano de 2021, pelo que o mesmo ainda não se encontraria disponível.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Leu a seguinte saudação “*46.º Aniversário Cáritas Diocesana de Setúbal*”, conforme anexo à presente ata sob o registo n.º 10.

**“Saudação
46.º Aniversário Cáritas Diocesana de Setúbal**

A Cáritas Diocesana de Setúbal comemora, no próximo dia 3 de novembro de 2022, o seu quadragésimo sexto Aniversário.

A Instituição Nacional tem vinte Cáritas Diocesanas, abrangendo todo o território nacional, sendo que em Setúbal desenvolve diversos projetos com o objetivo de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e menos desigual.

Tem como missão acolher, cuidar e educar, garantindo o bem-estar, para que todas as crianças tenham uma infância feliz e um desenvolvimento integral. Em Setúbal, iniciou a sua atividade em novembro de 1976.

Tendo em conta o contexto que Portugal se encontra, com quase 2 milhões de pobres e o aumento e intensificação da situação de vulnerabilidade, a Cáritas Diocesana, vai ter um papel decisivo no apoio aos mais pobres, pelo que se espera que venha a receber os devidos apoios, para melhor prosseguir com a sua missão.

Hoje conta com vários polos, a saber, o Centro Social Francisco Xavier (sede), Centro Social Nossa Senhora da Paz, Equipamento de Apoio à Infância “O Cogumelo”, Centro Comunitário de S. Pedro e o Centro de Acolhimento Nossa Senhora do Amparo.

Assim, os Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata na Câmara Municipal de Setúbal, reunidos a dia 02 de novembro de 2022, endereçam os parabéns às Cáritas Diocesana de Setúbal por mais um aniversário e pelo trabalho desenvolvido e envia toda a solidariedade numa época particularmente difícil, onde serão chamadas a responder a muitas pessoas.”

Sra. Vereadora Sónia Martins – Leu a seguinte saudação “*19.º Aniversário Universidade Sénior de Setúbal*”, conforme anexo à presente ata sob o registo n.º 11.

**“Saudação
19.º Aniversário
Universidade Sénior de Setúbal**

A UNISETI – Universidade Setubalense da Terceira Idade, CRL, é uma cooperativa de ensino sem fins lucrativos que iniciou a sua atividade em 3 de novembro de 2003.

O seu objeto social consiste em: “desenvolver atividades educativas, culturais, formativas, junto das pessoas da Terceira Idade, nomeadamente ministrar cursos livres de ensino superior, promovendo social e culturalmente a Terceira Idade nas áreas da educação, cultura, saúde e outras, estabelecendo parcerias com outras universidades sem fins lucrativos”.

A UNISETI – Universidade Setubalense da Terceira Idade contribui para o envelhecimento ativo e para a dignificação da terceira idade. Tem um papel particularmente relevante no combate à solidão e na dignificação dos mais velhos, mantendo-os ocupados e envolvidos em atividades que despertam os seus interesses e onde podem contribuir com a sua experiência individual.

De destacar o excelente trabalho realizado na abertura da Universidade à participação de todos, através do Centro de Iniciativas Manuel Medeiros (CIMM) que já desenvolveu diversas iniciativas de âmbito cultural levando também o nome da Universidade à comunidade envolvente.

Assim, os Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata na Câmara Municipal de Setúbal, reunidos a dia 02 de novembro de 2022, endereçam os parabéns Universidade Sénior de Setúbal por mais um aniversário, fazendo votos que no futuro continuem a primar pelos valores que os guiaram até aqui.”

Sr. Vereador Nuno Cruz – Leu a seguinte saudação “Aniversário da Academia de Patinagem Artística de Setúbal”, conforme anexo à presente ata sob o registo n.º 12.

**“Saudação
Aniversário da Academia de Patinagem Artística de Setúbal**

A Academia de Patinagem Artística de Setúbal celebrou o seu 4.º aniversário no dia 31 de outubro.

Fundada em 2018, a sua atividade tem por base a promoção da prática da modalidade de patinagem artística. Com elevada exigência técnica, esta modalidade está intrinsecamente associada à arte na interpretação e representação coreográfica.

A sua atividade contribuiu assim para o desenvolvimento desportivo e cultural do concelho de Setúbal.

Desta forma, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Academia de Patinagem Artística de Setúbal, bem como todos aqueles e aquelas, que de alguma forma contribuem para a sua atividade, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

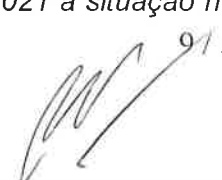
Sr. Vereador Nuno Cruz – Leu a seguinte saudação “Aniversário da Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Setúbal”, conforme anexo à presente ata sob o registo n.º 13.

**“Saudação
Aniversário da Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Setúbal**

A ADBSS – Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Setúbal celebrou o seu 44.º aniversário no dia 28 de outubro.

Fundada oficialmente em 1978, efetuou, até ao ano de 2021, 721 colheitas nas quais compareceram 23.770 dadores que contribuíram com +- 8.583 litros de sangue (+-19.074 dadores) e até à data de 31 de dezembro de 2021, tinha 5.327 associados registados.

Entre 2011 e 2020, o número de pessoas a doar sangue em Portugal diminuiu 30%, com menos 82 588 dadores. Contudo, de acordo com os dados do IPST, em 2021 a situação não

 51

só melhorou, como também se reverteu uma vez que “as dídivas aumentaram 7,8% em relação a 2020 e 1,7% em relação a 2019”. Apesar de atualmente as reservas de sangue em Portugal se encontrarem numa situação estável, a dívida continua a ser imprescindível. Neste sentido, reconhecendo o importante trabalho da Associação na promoção e sensibilização para a dívida de sangue, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a ADBSS - Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Setúbal pelo seu aniversário, bem como todos aqueles e aquelas, que de alguma forma, contribuem para a sua atividade, fazendo votos de continuação do trabalho.”

Sr. Vereador Nuno Cruz – Leu a seguinte saudação “Aniversário da Cáritas Diocesana de Setúbal”, conforme anexo à presente ata sob o registo n.º 14.

**“Saudação
Aniversário da Cáritas Diocesana de Setúbal**

Fundada em 1976, a Cáritas Diocesana de Setúbal celebrou o seu 46.º aniversário no dia 1 de novembro.

A sua atividade tem como principal objetivo o combate à pobreza e à exclusão social, na defesa e proteção das crianças, idosos e pessoas em situação sem-abrigo, entre outras populações que se encontram em situações de especial vulnerabilidade.

Tem contribuindo de forma notável e inegável para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações do concelho de Setúbal, através dos seus inúmeros projetos de ação social, desenvolvidos aos longo de mais de 4 décadas. Com a pandemia de Covid-19, nomeadamente no ano de 2020, houve um aumento evidente da procura de ajuda junto dos locais de atendimento da Cáritas, tendo esta tido um importante papel no apoio às famílias durante a situação de crise sanitária.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Cáritas Diocesana de Setúbal pelo seu aniversário, bem como todos aqueles e aquelas, que de alguma forma, contribuem para a sua atividade, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

Sr. Vereador Nuno Cruz – Leu a seguinte saudação “Aniversário Ourivesaria Pedroso”, conforme anexo à presente ata sob o registo n.º 15.

**“Saudação
Aniversário Ourivesaria Pedroso**

A Ourivesaria Pedroso abriu as suas portas, pela mão de José Maria Pedroso, em 1847 e celebra hoje, dia 2 de novembro o seu 175.º aniversário.

Constituiu-se ao longo destes 175 anos como uma das casas icónicas do comércio local setubalense, e é uma das mais antigas e credíveis ourivesarias de Portugal.

Inicialmente, para além dos artigos e joalheria, vendia também máquinas de costura e artigos de papelaria. A ourivesaria, foi ao longo de décadas um negócio familiar, tendo eventualmente ficado nas mãos de Josué Monteiro, funcionário da mesma, que começou a trabalhar no estabelecimento aos 13 anos de idade. Continua, atualmente, a ser um negócio de família.

Para muitos setubalenses representa inovação, sofisticação e qualidade, sendo um incontornável símbolo de confiança, honestidade e resiliência.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Ourivesaria Pedroso pelo seu aniversário, bem como todos aqueles e aquelas, que de alguma forma, contribuem para a sua existência, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Deliberação n.º 3697/2022 – Proposta n.º 32/2022 – GAP – Parecer do Município de Setúbal no âmbito da Consulta Pública do Projeto “Waste Heat Recovery” na Fábrica da Secil no Outão, Setúbal

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 16 a 18.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Saudou o parecer, estava muito objetivo e claro, tendo em conta o investimento em causa, sendo que o investimento das empresas era sempre necessário. No entanto, tinham de estar sensibilizados para a questão que apontava o parecer, nomeadamente dos seus riscos, no que se referia ao fogo ou a uma explosão, uma vez que estavam a falar do Parque Natural da Arrábida. Seria bom que todos estivessem cientes e envolvidos com tudo o que aquilo implicaria.
Agradeceu o conteúdo do parecer.

Sra. Vice-Presidente – Salientou que o parecer quase tinha sido feito em tempo recorde, tendo em conta os prazos muito apertados, de apenas duas semanas para a elaboração de um parecer daquela importância.

Sr. Vereador Vítor Ramalho – Disse que indo um pouco na linha daquilo que a senhora Vereadora Sónia Martins tinha começado por fazer uma referência positiva, aquele que tinha sido o trabalho dos técnicos e aquilo que ficava, a preocupação do alerta.
Não se tinham apercebido que o parecer tinha sido elaborado em tão pouco tempo, no entanto tratava-se de um parecer muito bem conseguido, o que dignificava o serviço, sobretudo mostrava também uma atenção especial à situação.

A Sra. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

2. Deliberação n.º 3698/2022 – Proposta n.º 33/2022 – GAP – Medidas extraordinárias de mitigação dos efeitos da crise económica e social para o ano 2023

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 19.

Sra. Vice-Presidente – Disse que tendo em conta o assunto da mesma, propôs que pudessem trazer à discussão para além daquela proposta, que tratava das medidas extraordinárias de mitigação dos efeitos da crise económica e social para o ano 2023, solicitando aos Vereadores que informassem se tinham alguma objeção, para que pudessem discutir aquela proposta em conjunto com a proposta sobre o mesmo assunto, que constava na ordem de trabalhos, a deliberação n.º 3775/2022, referente à proposta n.º 5/2022-GAVPSD, bem como a deliberação n.º 3776/2022, referente à proposta n.º 2642/2022-DAF/DICOR.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que da parte da bancada do PSD não tinham nada a opor.

Sra. Vice-Presidente – Disse caso estivessem de acordo passaria a ler a proposta das “Medidas extraordinárias de mitigação dos efeitos da crise económica e social para o ano

2023”, a seguir daria a palavra ao PSD para poder explanar a sua proposta sobre “Medidas de apoio às famílias e empresas”, de seguida tratariam da proposta “Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do ano 2022” e depois abririam a discussão.

Uma vez que estavam todos de acordo com aquela metodologia passaria a ler a deliberação n.º 3698/2022, referente à proposta n.º 33/2022 – GAP “Medidas extraordinárias de mitigação dos efeitos da crise económica e social para o ano 2023”.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Leu a deliberação n.º 3775/2022, referente à proposta n.º 5/2022- GAVPSD “Medidas de apoio às famílias e empresas do concelho de Setúbal”.

Sra. Vice-Presidente – Referiu tal como tinham falado na última reunião de câmara, a CDU retirou a sua proposta relativamente à taxa do IMI e a taxa variável do IRS, para melhor apreciação, tendo em conta as medidas de mitigação relativamente à crise económica. Naquele sentido e uma vez que as medidas estavam colocadas por parte da CDU em cima da mesa para aprovação, passaria a ler de uma forma sumária a proposta de deliberação, n.º 3776/2022, referente à proposta n.º 2642/2022/DAF/DICOR “Imposto municipal sobre imóveis (IMI) do ano 2022 a cobrar em 2023 e participação variável do IRS no ano de 2023”.

Sr. Vereador Vitor Ferreira – Considerou que o mais relevante tinham sido as medidas de apoio e a mitigação aos efeitos da crise.

Referiu que estavam a discutir naquele dia a questão do IMI, porque tinha havido através do líder de bancada, o senhor Vereador Fernando José, abertura para poderem corrigir uma falha, pelo facto da proposta do IMI não ter surgido na primeira Ordem de Trabalhos. Faziam aquela referência para deixarem claro que sempre que possível faziam parte da solução. Anteriormente não lhes tinha acontecido aquela abertura, ao terem feito uma proposta que não tinha sido aceite por ser considerada fora de prazo, no entanto, aquele tinha tido da parte da bancada do PS, dada a sua importância, a abertura suficiente para fazer parte da solução e não do problema.

Em relação às medidas extraordinárias apresentadas naquele documento, ainda muito recentemente tinham tido a ocasião de saudar e associarem-se à intervenção do senhor Vereador Ricardo Oliveira quando falava do esforço de todos. Naquela proposta a certa altura falavam das obras e do trabalho que estava a ser feito, na colaboração entre a Câmara Municipal de Setúbal e o Governo, nomeadamente em relação aos centros de saúde, quer aquele que já estava em construção, quer aqueles que estavam a trabalhar para que se pudessem tornar uma realidade. Ficaria bem ter feito uma referência ao investimento municipal, mas também seria importante dizer que a obra seria financiada a 100% por parte do Governo, sabendo que haveria uma série de outros trabalhos que estariam assegurados através do Município. Tratava-se de uma parceria positiva, em que a autarquia e poder central trabalhavam para o bem-estar das populações, pelo que não ficaria mal ser dito.

Disse que estavam em desacordo, porque consideravam que era possível naquela que era a boa gestão da receita e da despesa em sede de orçamento, encontrar o financiamento certo, nomeadamente através das verbas dos parquímetros, para lançarem aquelas medidas. Não consideravam justo que se penalizasse sistematicamente a classe média só porque era proprietária. A ideia de que os proprietários de um imóvel eram ricos e que por isso não precisavam de ser ajudados era uma ideia que tinham de começar a superar. Não estariam disponíveis para acompanhar aquela proposta de aumento do IMI.

Relativamente à proposta do PSD, não iria falar sobre as questões técnicas e iria deixar para os seus colegas de bancada. Em determinada altura falava-se em “instrumento de propaganda”, e aquela expressão surgia quase para os forçar a votar contra. Não seria aquele caminho, porque o mais importante era o apoio às pessoas.

Referiu que era verdade que nem sempre estavam de acordo com uma ou outra medida. Ainda naquele dia tinha feito greve no seu local de trabalho, porque considerava que havia falta de diálogo com o terreno, havia trabalho que ainda faltava fazer, quer em relação à carreira docente, quer em relação a outros aspetos da vida das escolas públicas. Significava

que nem sempre estava de acordo com aquele que era o Governo da República e que era apoiado pelo seu partido, também era verdade que não poderia deixar de saudar aquilo que era o esforço que os governos da República tinham feito, apoiados pelo Partido Socialista e noutros momentos apoiados por outras forças à esquerda, para superar aquilo que tinham sido os efeitos de crises que viviam, nomeadamente da pandemia e da crise da guerra provocada pela invasão da Ucrânia por parte da Rússia, liderada pelo fascista Putin.

Disse que as medidas podiam ser melhores, acreditava que poderiam ir mais longe naquela que seria a resposta do Governo. De uma coisa tinha a certeza, tinha gozado o feriado do 5 de outubro, ia receber o subsídio de Natal e que não tinha cortes no seu ordenado, podendo fazer uma série de afirmações sobre coisas que aquele Governo da República não tinha feito. Aquele Governo tinha procurado ter respostas solidárias à altura das dificuldades que estavam a viver, por essa razão considerou perfeitamente injusto, uma referência daquele género, num documento daquele género "*instrumento de propaganda*".

Já que se falava de propaganda, o PSD tinha alguns outdoors, numa das muitas rotundas que falava em redução do IMI para 0,37, tinha também um outdoor muito interessante, que referia a certa altura, confrontando uma das medidas do Governo "*com o PSD pensando em justiça social, não haverá nenhum corte de pensões para o futuro*". O PSD ao dizer aquelas coisas naquele momento, levava-o a pensar no passado em que o PSD tinha cortado pensões e salários, no entanto no presente momento, esperando que não viesse a acontecer, o PSD iria viabilizar um aumento do IMI. Se aquilo viesse a acontecer, seria obrigado a pensar que no futuro corriam o risco, caso o PSD viesse a chegar alguma vez ao poder, de ter outra vez cortes de pensões e aumento de impostos.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que na proposta apresentada pela bancada da CDU, tinham duas questões relacionadas com os pontos 6 e 7, a criação de um fundo de apoio no valor de 250 mil euros para entidades, associações culturais e desportivas do concelho. Disse que gostariam de perceber quais seriam os critérios e os procedimentos para que aquelas entidades e associações pudessem recorrer àquele fundo de apoio. A mesma questão se colocava para a proposta seguinte, que seria a criação de um fundo de apoio social, no valor de 250 mil euros, para apoio às instituições e associações do concelho.

Questionou como iria ser absorvido aquele valor pelas diferentes entidades e associações culturais.

Disse que pretendia deixar uma nota em jeito de piada, para o estado em que as coisas tinham chegado. Não poderiam esquecer que nos últimos 27 anos, o PS tinha governado 20 anos, pelo que haveria dados importantes a referir, para que as pessoas pudessem perceber daquilo que se tratava. Não seria a bancada do PSD que dizia, mas o Observatório Nacional da Luta Contra a Pobreza, que "*Portugal é o país mais desigual da OCDE. Portugal apresentasse como estado membro com maior aumento dos níveis de desigualdade de rendimentos. 1,6 milhões de portugueses vive com menos de 540 euros por mês, situação que é particularmente visível nas escolas e reflete-se nos milhares de alunos que precisam de apoio económico. Quase dois milhões de pobres em Portugal, sem os apoios sociais seriam 4,4 milhões de pobres, 38,2% dos agregados familiares constituídos por um adulto com crianças dependentes e 33,2% dos agregados familiares com 2 adultos, com 3 ou mais crianças dependentes, encontram-se em risco de pobreza ou exclusão social. Entre 2019 e 2021 a privação material e social severa entre a população sénior, aumentou 33%. Portugal é o Estado-membro com maior variação anual de risco de pobreza entre trabalhadores por conta de outrem, 81 mil portugueses estão simultaneamente em risco de pobreza monetária, em privação material e social severa e em agregados com intensidade laboral muito reduzida. Em 2021 verificou-se o maior aumento anual de risco de pobreza ou exclusão social verificados em Portugal desde 2005. O salário mínimo aumentou 6%, mas as rendas dos novos contratos de arrendamento aumentaram 8,6%. Os dados do INE sobre o índice de preços no consumidor indica-nos que, entre agosto de 2021 e o período homólogo de 2022, os preços no consumidor aumentaram 9%. A maior variação ocorreu ao nível dos preços de habitação, da água, de eletricidade, de gás e outros combustíveis, para além dos produtos*

alimentares. Os transportes, outra área essencial para a vida quotidiana da população tiveram um aumento de 10% face ao período homólogo de 2021. Em 2021 sem contabilizar os atuais aumentos, 11,3 da população já vivia com muita dificuldade em gerir o seu orçamento familiar até ao fim do mês. Existia também já em 2021, ou seja, antes do forte impacto inflacionista, uma importante pressão da população sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada.”

Disse que existiam muito mais factos a apontar, mas aqueles pareciam que demonstravam a fragilidade que viviam naquele momento, que o Partido Socialista pretendia ignorar, apresentando sempre muitas soluções, no entanto, os dados estavam colocados em cima da mesa.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que pretendia levantar algumas questões relativas à proposta da CDU. Seria importante concretizar o que se entendia por reforço do lanche nas escolas, saber se corresponderia a mais uma peça de fruta ou mais um pacote de leite, questionando sobre o que estariam a falar exatamente em termos de reforço do lanche.

Questionou se o Município não tinha já previsto, no âmbito da descentralização de competências, o reforço de material de desgaste a atribuir às escolas ou se estariam a falar de um reforço que fosse necessário, exclusivamente em função daquilo que era a situação que viviam.

Questionou quantos munícipes seriam beneficiados por mês com o apoio de 10 euros na aquisição do passe Navegante Municipal.

A proposta apresentada pela CDU contabilizava várias medidas, mas não contabilizava aquela que seria a perspectiva do impacto da isenção de Derrama para empresas com faturação até 150 mil euros e não contabilizava qual seria a estimativa de apoio decorrente daquele acréscimo de 10 euros, no apoio à aquisição do passe Navegante Municipal.

Questionou de que forma pretendiam distribuir os 250 mil euros do fundo de apoio às entidades, associações culturais e desportivas do concelho.

Questionou se seriam iguais para todas, se seria discricionário em função de critérios e ainda a definir, em caso afirmativo, questionou quais seriam os critérios, quantas entidades seriam abrangidas, qual seria o momento de atribuição do apoio, se seria uma atribuição pontual em janeiro ou em dezembro ou se seria dividido por vários momentos ao longo do ano. Gostariam de saber de que forma aquele apoio estaria a ser construído.

Questionou a forma que seria feita a gestão do fundo de apoio social, se o valor seria distribuído pelas IPS ou recebiam os pedidos e faziam-no chegar ao Município, qual seria o nível de autonomia das IPS naquele processo, como seriam distribuídos os apoios pelas entidades parceiras e quais seriam os critérios e requisitos de atribuição aos cidadãos.

Questionou se a apreciação e a decisão de atribuição do apoio competia ao CLAS, se competia a entidade terceira ou se competia ao Município.

Focando-se na proposta referente à isenção de Derrama para as empresas, que tivessem um volume de faturação inferior a 150 mil euros, a bancada do PS entendia que seria importante esclarecer que o apoio às empresas, por via daquela isenção, iria deixar de fora uma franja significativa do tecido empresarial do concelho. Um exemplo muito claro seriam as empresas de restauração. Não deveria haver uma pastelaria ou um restaurante no concelho que tivesse um volume de negócios inferior a 150 mil euros. Na receita arrecadada pelo Município, naquilo que tinham sido os estabelecimentos semelhantes que estavam sob a sua gestão, verificavam na Prestação de Contas de 2021, uma receita que significava um volume de negócios e não lucro, de uma receita superior a 300 mil euros. Por aquela razão facilmente se compreendia que qualquer pastelaria ou qualquer restaurante conseguiria facilmente ultrapassar aquele volume de negócios. O lucro efetivo daqueles espaços seria substancialmente inferior, porque seriam negócios que tinham um elevado custo das mercadorias vendidas e que seriam confrontados com aumentos substanciais, do ponto de vista do custo da energia, fosse do gás ou da eletricidade. Os negócios daquelas empresas, seriam importantes para aquilo que tinha sido a afirmação da marca de Setúbal e da imagem de Setúbal, enquanto cidade com apelo turístico, no entanto seriam empresas que não teriam

qualquer apoio por parte do Município. Uma empresa de prestação de serviços, como um escritório de contabilidade, um mediador de seguros, tinham menos custos fixos, nem sequer tinham o custo das mercadorias vendidas, mas tendo um volume de faturação que fosse inferior a 150 mil euros, mesmo que tivesse um lucro mais elevado ficaria isento de Derrama, o que causaria alguma distorção face àquilo que seria o sentido daquilo que se pretendia apoiar, quem maior necessidade tinha. Por essa razão, a isenção das taxas de publicidade de ocupação do espaço público, que integrara a recomendação apresentada pelo Partido Socialista, seria o modo mais eficaz de promover um apoio às empresas que tinham mais dificuldades na gestão da crise, naquilo que era a sua tesouraria, o seu resultado e a manutenção dos postos de trabalho que deles dependiam.

Relativamente à proposta de apoios apresentada pelo PSD, a primeira referia-se às refeições escolares gratuitas. Estariam a falar em termos concretos de um apoio ao 2.º escalão, àquilo a que se chamava o escalão D da ação social, estariam a falar de cobrir em termos de apoio os 50% do custo da refeição que, naquele momento não estavam ainda abrangidos por aquilo que seria a comparticipação do Município, estariam a falar de 73 cêntimos por refeição. Tratava-se de um apoio que consideravam importante para as famílias, mas gostariam de saber quantos alunos poderiam beneficiar daquele apoio para terem valores concretos.

Disse que estavam a discutir naquele ponto uma outra proposta, que tinha reflexos a nível fiscal, uma proposta de aumento face àquilo que seriam as taxas de IMI, participação variável do IRS para o ano de 2022, a serem cobradas em 2023. Se o argumento para o aumento de impostos passava pela existência de um equilíbrio em termos de despesa, seria importante saber em que forma se iria refletir aquela despesa.

No que se referia ao transporte escolar gratuito para todos os alunos do concelho, uma proposta que coincidia com a recomendação que os vereadores do Partido Socialista apresentaram, num apoio no valor de 50% do passe, os 50% que ainda não eram comparticipados para os alunos do secundário.

Os transportes escolares gratuitos para os alunos com dificuldades de locomoção - tanto quanto sabiam já eram gratuitos para alunos com dificuldades de locomoção -, como medida ao abrigo da educação inclusive, pelo que seria uma medida com uma certa redundância face àquilo que já existia.

No que se referia às bolsas de estacionamento e dísticos para residentes, a aplicação daquela medida nas circunstâncias atuais, só seria possível por via da subsidiação direta do concessionário, porque não havia uma negociação formalizada com o concessionário no que respeitava àquela questão. Entendiam que seria necessário negociar com a empresa as correções ao contrato, algumas distorções que foram identificadas no contrato, que não se limitassem apenas a 2023. Entre as distorções identificavam a propagação do estacionamento tarifado para zonas residenciais, bem como os valores dos dísticos para famílias que seriam apresentados, assim como os valores dos dísticos para empresas.

No que se referia ao Gabinete de Apoio ao Investidor, entendiam que seria um conceito que fazia todo o sentido, mas fazia tanto sentido naquele momento como o tinha feito no passado e como faria no futuro, poderia até ser uma proposta autónoma e apresentado em qualquer outro momento. Faltava concretizar naquela proposta em que medida é que o referido gabinete refletia um apoio imediato às famílias ou à tesouraria das pequenas empresas. Seria importante concretizar e quantificar o que aquela medida representava em termos de apoio do Município, no âmbito da atual crise, porque aquilo que identificava era uma medida que sendo importante, não era uma medida que tivesse um reflexo daquilo que era a atividade corrente das empresas e que não pudesse já ter sido aplicada no passado e que não pudesse vir a ser aplicada no futuro. Não era nem uma medida transitória, nem uma medida que tivesse aplicação exclusivamente por via daquilo que era a situação de grande inflação que estavam a viver.

Disse que a isenção da taxa de Derrama, tinha ficado claro pela proposta apresentada pela bancada da CDU, que aquele tipo de apoios não tinha reflexos em muitos pequenos negócios e em particulares, naqueles que estavam a ter uma maior dificuldade em lidar com os custos decorrentes da crise energética.

Apesar de a senhora Vereadora Sónia Martins ter achado uma certa piada na intervenção que ali tinha feito, no entanto, a bancada do PS achava de muito pouca piada aquilo que eram as questões de pobreza. Seria importante referir que nas circunstâncias atuais e, apesar das dificuldades que todos sentiam, tiveram um aumento de mais de 40% do salário mínimo, face àquilo que tinha sido no tempo do Governo do PSD. Tiveram medidas de apoio direto às famílias e no tempo do PSD aquilo que tiveram tinham sido cortes, cortes nas reformas, cortes no 13.º mês, cortes nos salários, aumento do número de horas de trabalho para todos os funcionários públicos, que se refletia numa diminuição daquilo que era o valor pago por hora. Tudo aquilo que tiveram quando o PSD tinha estado no Governo tinham sido cortes diretos no rendimento das famílias. Numa circunstância em que lidavam com um aumento significativo do desemprego, em que lidavam com um número recorde e crescente de insolvências, e aquilo que o PSD tinha feito em termos de apoio social, tinha sido a sugestão aos jovens, aos enfermeiros, aos professores que emigrassem e que deixassem de ser piegas.

Informou a senhora Vereadora Sónia Martins e o senhor Vereador Paulo Calado que aqueles tempos não tinham deixado boas recordações aos portugueses. Se os tempos atuais eram tempos difíceis, não teriam que deixar de ter apoio social, seriam tempos que não deixavam de contribuir para as famílias poderem encarar a situação que se vivia, da grande inflação com que se deparavam. Não diria com otimismo, mas com a certeza de que, apesar de tudo aquilo que pudesse acontecer e sabendo que a situação de inflação elevada poderia ser mais prolongada, haveria uma coisa que nunca deixariam de ter, que seria uma rede de segurança, a rede dos apoios do Estado Social e era a rede de quem entendia que não se combatia a crise cortando rendimentos, combatia-se a crise criando condições para que as pessoas pudessem encarar como um reforço daquilo que era o seu rendimento, sabendo que esse reforço não seria igual àquilo que se perdia em termos de poder de compra diretamente por via da inflação, mas não seria de todo um corte de rendimentos, de pensões, de subsídios de Natal, nos feriados, não seria um aumento das horas de trabalho para os funcionários públicos, não seria nenhuma daquelas medidas que os senhores tanto tinham defendido e que tanto custaram no tempo da Troika.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Informou o senhor Vereador Vítor Ferreira, que na última reunião de Câmara tinha sido decidido retirar uma proposta para ser discutida numa próxima reunião de Câmara, com um conjunto de outras propostas que fossem apresentadas por todas as forças políticas presentes, que o pretendessem apresentar. Estava a falar da proposta que fixava a taxa do IMI de 2022 a ser cobrada em 2023 e a participação variável no IRS no ano de 2023.

Referiu de tinha havido um lapso assumido pelos serviços de apoio ao senhor Presidente da Câmara, por não terem incluído na Ordem de Trabalhos, apesar de ter sido decidido e ter sido informado na reunião que iria ser incluído numa futura Ordem de Trabalhos. Tinha havido o cuidado de falar com todos os grupos de vereadores que constituam aquela Câmara, para dar conta do lapso, no sentido de haver um acordo para a inclusão do referido ponto na Ordem de Trabalhos. Tinha feito um contacto com o senhor Vereador Fernando José do Partido Socialista e registou que tinha havido a concordância imediata sem qualquer observação, o mesmo tinha acontecido com o PSD. Não ficava bem naquela reunião de Câmara referir que estavam a discutir uma proposta, *“porque o meu pai no outro dia comprou à minha irmã um fato, eu também tenho direito a um fato novo”*. Aquela forma de caracterizar a discussão não seria a mais positiva. Aquele seria um esclarecimento que com a frontalidade e franqueza, que lhes era habitual, seria merecida para aquela reunião.

O Partido Socialista incorria num erro quando partira para a reunião, tal como um jornal da cidade também tinha incorrido no mesmo, de um título de uma notícia que tinha feito, referindo que estaria em discussão o aumento da taxa do IMI para 2023 e da participação variável do IRS. Aquela proposta não propunha qualquer aumento, mas manter a redução na taxa do IMI, na participação variável do IRS que tinha ocorrido em 2022. Seria aquilo que estariam a propor na reunião, mantendo uma poupança na ordem dos 4 milhões de euros,

que tinha ocorrido em 2022 e propondo que a referida redução se mantivesse no ano seguinte. Juntamente com aquela redução, propuseram que a Câmara deliberasse acrescentar outros 2 milhões de euros, num conjunto de propostas a discutir na reunião de Câmara. Aquilo que estava em discussão não seria qualquer aumento de impostos para os setubalenses para 2023, mas seria exatamente o mesmo que não pagaram em 2022. Não se tratava de um aumento, mas sim uma manutenção de uma redução face a 2021. No somatório dos 2 anos estavam a propor que as famílias, num acumulado, poupassem 8 milhões de euros, com mais os 2 milhões de euros que fossem distribuídos por via de medidas extraordinárias que mitigassem os efeitos da crise. Seria um enquadramento merecido e justo e que deveria ser o início da conversa.

Disse que quando propunham uma medida de benefícios fiscais para as empresas, no quadro da afixação de uma taxa de Derrama de 0%, numa isenção total para as empresas com volume de negócios inferior a 150 mil euros, seria aquilo que o enquadramento legal lhes permitia fazer de acordo com as condições atuais, razão pela qual tinham avançado com a proposta.

Tiveram a oportunidade de conversar com os vários partidos e em particular com o Partido Socialista sobre os apoios às micro e pequenas empresas ou à atividade empresarial e tiveram a oportunidade de fazer referência que não lhes parecia que as empresas de publicidade devessem ter a isenção da taxa de publicidade durante o próximo ano ou qualquer outra redução nas taxas de publicidade. Ao contrário do que podiam entender, a redução das taxas de publicidade não fazia com que as empresas que precisassem de fazer publicidade para a sua atividade vissem o seu preço embaratecer. Aquele era um fenómeno que estava mais do que estudado na economia, fazia parte dos manuais da economia, aquela redução era absorvida pela empresa que desenvolvesse a atividade da publicidade. Por essa razão, não fazia qualquer sentido atribuir uma isenção ou uma redução na taxa de publicidade no ano seguinte, pelo que não seria uma medida que fosse adequada.

Em relação à ocupação da via pública referiu que, naquele momento, o que estava em causa, face à situação que estava a desenvolver naquela altura, não seria idêntica à que se tinha desenvolvido na altura da crise pandémica, cujas empresas ficaram impossibilitadas de desenvolver qualquer atividade, por determinação do Parlamento, do Governo e do Presidente da República, dentro do espaço para o qual pagavam renda e naquele sentido, na sua generalidade entenderam isentar o desenvolvimento da atividade no espaço público, no entanto, naquele momento não seria o fenómeno que estaria em cima da mesa.

Disse que concordava plenamente com o senhor Vereador Joel Marques, quando referia que os custos fixos daquelas empresas iriam aumentar, os consumos de energia iriam aumentar muito, não tinha dúvidas, nomeadamente com medidas, como seria o fim de fixação de preço máximo do gás de botija, como a manutenção sem qualquer fixação de preços máximos, praticamente sem qualquer controlo sobre os preços da energia, bem como a manutenção dos preços dos combustíveis nos termos em que eram fixados, que tinham permitido a acumulação extraordinária de lucros para as grandes empresas monopolistas daqueles setores. Não era uma afirmação apenas da CDU, na própria Europa também se fazia aquela afirmação.

Disse que estava de acordo que as empresas necessitassem de um determinado apoio, tal como as famílias de uma forma geral, no entanto, não caberia ao Município intervir naqueles fatores determinantes.

Relativamente ao apoio ao Passe Navegante Municipal, referiu terem uma estimativa face aos valores de aquisições dos diferentes passes Navegante Municipal e que com aquele apoio esperavam que mais pessoas pudessem aderir, porque a proposta que faziam permitia um aumento superior a 33%, e alguns passes Navegante Municipal ultrapassavam os 50%, por essa razão estimavam que pudessem ser vendidos durante o ano de 2023, pelo menos 50 mil passes Navegante Municipal.

Disse que tinham feito uma avaliação às propostas do Partido Social Democrata, e entendiam que seria adequado e justo a proposta de isenção dos estudantes que se encontravam no 2.º escalão do abono de família, de isenção do pagamento da refeição escolar e em

complemento com a proposta que faziam de apoio à mobilidade no concelho relativamente ao passe Navegante Municipal, viam com interesse o transporte escolar gratuito.

Disse fazerem uma leitura um pouco distinta da proposta feita pelo Partido Socialista, porque consideravam necessitar de ser trabalhada e percebida, sem desresponsabilizar as entidades que deveriam ser responsabilizadas, nomeadamente a DGEST, para todas as crianças que não tendo propriamente problemas de mobilidade, que não tivessem autonomia para se deslocarem para escola. Seria um assunto que deveria estar a ser debatido entre a Associação Nacional de Municípios e o Governo no grupo de trabalho, sobre a questão da transferência de competências e que em conversa com a DGEST poderiam articular cada situação concreta, das possibilidades que poderiam existir.

Tinham confrontado a questão que o senhor Vereador Joel Marques também tinha referido sobre a questão do uso do dístico para residentes, pelo que deveriam apreciar a concretização daquela proposta, porque se fosse numa lógica de renegociação do contrato de concessão, teria que haver uma base jurídica e uma base que desse sustentabilidade a que um ano após o mesmo fosse renegociado em termos significativos, mas admitiam que o Município pudesse atribuir um subsídio a cada munícipe que tivesse direito e que requeresse o respetivo dístico. Por aquele caminho aquela proposta poderia ser aprovada.

Relativamente ao Gabinete de Apoio ao Investidor não tinham nenhuma objeção, na estrutura já tinham afirmado, que tinham respostas relativamente àquelas matérias, pelo que fazia sentido, estando abertos e disponíveis para aquela proposta, bem como a isenção da taxa da Derrama que acompanhavam. Fizeram contas e o conjunto das medidas apresentadas iam ao encontro dos princípios e da proposta que faziam e que se enquadrava na manutenção da redução das taxas do IMI e do IRS e nesse sentido poderiam fazer um caminho interessante.

Disse existirem três forças políticas na Câmara, sendo que uma delas assumia as responsabilidades de gestão que era a CDU, mais o PS e o PSD e tinham mais quatro forças políticas na Assembleia Municipal, o BE, o PAN, o Chega e Iniciativa Liberal. O senhor Presidente dinamizou reuniões com todas aquelas forças políticas no seguimento do desafio que tinha sido feito. Na proposta que a CDU apresentara, acolheram e iam ao encontro das questões colocadas por todas as forças políticas. Valorizaram o facto que no desafio e na possibilidade concreta de cada força política na câmara poderem apresentar propostas que o PSD tinha feito, os setubalenses deveriam avaliar o facto de o Partido Socialista ter ficado por uma recomendação algumas reuniões atrás e não ter feito qualquer proposta concreta para a Câmara.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse pretender tornar evidente a iniciativa política do senhor Presidente da Câmara ouvindo todos os partidos da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, tendo recolhido sugestões e propostas praticamente de todos os partidos. Seria relevante tomar nota que o PS, que tinha apresentado um conjunto de recomendações, não tinha apresentado uma única proposta. Considerava que se tratava de uma matéria de exercício da responsabilidade perante os seus munícipes, sobretudo naquele momento de crise. Era muito importante, mais do que criticar ou tecer considerações sobre as propostas apresentadas, que seria um direito, por essa razão tinha sido feita a reunião, sendo que seria muito importante que tivessem apresentado as respetivas propostas e que as fundamentassem. Considerava que seria uma fuga a uma responsabilidade que todos tinham perante os seus munícipes, em especial pela situação daquilo que atravessavam.

Referiu-se à questão dos lucros das energéticas em particular, tendo a Galp 600 milhões de lucro, passando de quase 200 milhões para 600 milhões de lucro, o mesmo acontecera com a indústria alimentar. Havia ali qualquer coisa que não estaria a funcionar na regulação política/económica na gestão do processo económico em Portugal. Naquele momento acontecia de uma forma dramática com a crise e com a guerra, o empobrecimento de muitos e o enriquecimento brutal de poucos. Tudo aquilo teria que ter um caminho qualquer e não seria visível que houvesse qualquer tipo de resposta a essa situação, sendo absolutamente inaceitável.

O senhor Vereador Vítor Ferreira era professor, mas não deveria ser de matemática seguramente, porque ...

(Intervenção inaudível)

Tudo aquilo que tinha dito era verdade, o PS apresentara recomendações e não propostas. Tratava-se do exercício de não responsabilidade e não seria nenhuma ofensa, mas uma questão política, seria um exercício de não responsabilidade.

A senhora Vice-Presidente da Câmara era professora de Matemática e não se tinha sentido insultada por aquela referência, se o senhor Vereador Vítor Ferreira se sentia insultado pedia desculpas, mas seria um facto que não era professor de matemática, porque tinha feito uma conta errada e por essa razão estaria a fazer ironia, não ofendia o senhor Vereador Vítor Ferreira nem aos professores de matemática. O senhor Vereador dissera haver um aumento de impostos, pelo que gostaria que o senhor vereador provasse o aumento de impostos. Os municípios que tiveram a redução de IMI em 2022 iriam ter a mesma redução em 2023. Se fosse aprovada a proposta apresentada pela CDU, a redução do IMI teria que ser aprovada todos os anos. Tinha sido feito uma redução em 2022 e estava proposta uma redução que se mantinha em 2023.

Desafiou o senhor Vereador a questionar a qualquer município que iria pagar o IMI dali a uns meses, se tinha pago mais. Tinham pago o mesmo, não haveria aumento de impostos, não haveria aumento de IMI, nem de IRS. Não valeria tudo na argumentação política.

Caso os senhores vereadores dissessem que gostariam que baixasse mais e que tivessem aquela perspetiva, seria uma coisa, que dissessem que aumentasse seria absolutamente falso. Não deveriam misturar as coisas e complicar as coisas, não havia aumento de impostos na proposta da CDU, havia manutenção da redução que tinha sido adotada em 2022, em simultâneo a CDU estaria a propor que houvesse uma aplicação de uma verba substantiva de 2 milhões de euros aproximadamente, em apoios diversos, para mitigar os impactos da crise. Informou o senhor vereador, caso considerasse que seria mau, teria que explicar por que razão seria mau.

O senhor Vereador Joel Marques questionara, por que razão não se reduzia ainda mais o IMI, porque a câmara depois poderia acomodar nas suas contas, poderia resolver o problema e dar os apoios sociais na mesma. O senhor Vereador Joel Marques estaria a esquecer-se de um pormenor, a crise não seria apenas para os municípios e também atingia a Câmara, os preços também atingiam a Câmara. O senhor Vereador provavelmente desconhecia que havia um crescimento brutal dos custos de produção da câmara, exatamente como nas empresas, os custos tinham crescido drasticamente. O gasóleo tinha aumentado 38%, significava que com o mesmo dinheiro tinham menos 38% de gasóleo, para manter o funcionamento de toda a maquinaria. Relativamente às massas asfálticas tinha passado de 53 euros por tonelada para 75 euros a tonelada e andava numa série de crescimento entre os 15%, 16% e os 20%. Significava que para poderem cumprir uma função decisiva do município, garantir a manutenção da cidade, teriam que gastar muito mais dinheiro. Os encargos com a energia elétrica também cresceram drasticamente, tinham encargos com os recursos humanos, tinha felizmente aumentado do salário mínimo e tinha havido um crescimento muito grande dos custos com recursos humanos, que depois vinha associado a um conjunto de outros valores e ainda bem, era aquele tipo de encargo que dava gosto tê-lo, mas na realidade tinha havido um crescimento muito sensível. Também os custos de materiais que compravam diariamente para as oficinas da câmara, bem como o material de desgaste da parte administrativa. Tudo tinha aumentado de forma muito relevante.

Era bom saber aquilo que se passava, caso contrário ficariam com uma ideia muito errada das coisas. Outro aspeto importante estaria relacionado com as revisões de preços das obras que rondavam os 20%, significava que numa obra de um milhão de euros teriam um aumento de duzentos mil euros, numa obra de dois milhões seriam quatrocentos mil euros. As obras que estavam a fazer e que teriam que fazer para qualificar a nossa cidade eram concursadas a valores entre os 20% a 30%, acima daquilo que seria o valor que colocavam nas suas. No

caso de uma obra concreta que seria a obra EN 10/4, tinha sido 30% acima do valor habitual, mesmo assim, tal como tinha sido aprovado na última reunião de câmara, aquela obra iria ter um acréscimo de mais 20% e tratava-se de uma obra comparticipada pelo Governo central. Naquela obra tinha havido uma contradição entre dois secretários de estado, sendo que o Secretário de Estado da Administração Local tinha dito caso os valores disparassem seria natural que o Governo tivesse que comparticipar mais, enquanto a Secretária de Estado do Ordenamento do Território terá dito que caso o valor disparasse seria a câmara a assumir, porque o Governo não colocaria nem mais um cêntimo. Se vencesse a Secretária de Estado do Ordenamento do Território, qualquer encargo suplementar em relação àquilo que já tinha referido, 50% iria recair sobre a câmara, pelo que terá questionado se não iriam fazer a obra, no entanto, a obra teria que ser feita. Teriam que ter em conta que as balizas financeiras tinham toda aquela realidade e tinham dados objetivos, não estariam a inventar, tratavam-se de coisas concretas e não de hipóteses eventuais. Na realidade tratavam-se de situações que estariam a acontecer todos os dias.

Perante aquela realidade fazia todo o sentido a proposta apresentada pela CDU de manter a redução do IMI nos valores de 2022, e de recolher meios e recursos, apesar de toda aquela pressão sobre as finanças da câmara que a conjuntura estaria a provocar, em dedicar cerca de 2 milhões de euros de apoios sociais para as famílias mais numerosas. Parecia-lhes ser uma proposta boa, uma proposta responsável e uma proposta que resolveria os problemas das pessoas.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que o PSD não brincava com as questões da pobreza, pelo contrário, quem lhe parecia que estaria a brincar com as questões da pobreza seria o Governo, porque tinham uma receita adicional entre 4 a 5 mil milhões de euros no orçamento e percebiam por que razão aqueles milhões de euros não abrangiam outras medidas de apoio às famílias.

Relativamente à questão concreta do 2.º escalão, seria a resposta à pergunta do senhor vereador Joel Marques, cobrir os 50% do custo da refeição do 2.º escalão.

Relativamente à questão que tinha frisado sobre a isenção dos custos de transportes públicos para estudantes, tratava-se de uma proposta coincidente com a recomendação do PS, que acabaram por não concretizar.

Sobre a questão do transporte para crianças com dificuldades de locomoção, a DGEST apenas comparticipava a deslocação, caso os alunos o fizessem através do transporte público, sendo que algumas crianças não tinham condição dado o seu estado de saúde, não permitia que fizessem a deslocação em transporte público mesmo sendo acompanhados, impedindo que aquelas famílias fossem apoiadas e teriam que suportar integralmente os custos de deslocação dos seus filhos. O PSD propunha que as situações pudessem ser analisadas caso a caso, sendo que se tratavam de questões devidamente documentadas através de relatório médico, com atestados de incapacidade, facilmente se percebiam quais os adolescentes que não poderiam usufruir de transporte público.

Relativamente à questão da criação do Gabinete de Apoio ao Investidor, aquilo que pretendiam seria acelerar não só o investimento, mas também permitir a desburocratização que existia junto das empresas, com as quais se confrontavam nas suas instalações na chegada ao concelho. Quanto mais depressa conseguissem acelerar a sua instalação, mais depressa haveria retorno, nomeadamente na criação de postos de trabalho.

Sobre a questão da Derrama disse ser uma proposta que não era nova, era uma proposta que o PSD apresentava há vários mandatos e que o PS tinha acompanhado.

Pretendia recordar o dia 6 de abril de 2011, dia em que o engenheiro José Sócrates anunciara ao País o resgate financeiro da Troika. Tal como já havia referido nos últimos 27 anos, o PS tinha governado 20 anos e o PSD tinha governado 7 anos em emergência financeira. Sendo primeiro em 2002, quando Portugal tinha tido o primeiro procedimento por défice excessivo da zona euro, pelo Governo do Engenheiro Guterres ter ultrapassado o défice em 3%, depois em 2011 quando o PSD teve que executar o entendimento que o PS tinha assinado com a Troika. Se olhassem para o último governo do PSD, tinha havido um

conjunto de reformas que tinham alterado alguns aspetos estruturais da economia portuguesa, como era o exemplo em 2010, em que as exportações valiam 28% do PIB e em 2015 valiam 42% do PIB. Aquela tinha sido uma mudança importante para o país.

Aquilo que tanto orgulhava o Partido Socialista em 2017, em que tinha sido dito aos portugueses - tendo passado cinco anos -, que todos os portugueses iriam ter médico de família, no entanto, estavam em 2022 e havia um milhão de portugueses sem médico de família.

Lembrou que o Partido Socialista tinha batido um novo recorde de falta de professores na escola pública. Tratava-se de uma informação da Caixa Geral de Aposentações e da Segurança Social, o que significava que o desinvestimento na Educação e na Saúde eram uma realidade.

Disse que o Conselho de Finanças Públicas anunciara que as perspetivas de crescimento nos próximos anos continuavam abaixo dos 2%, mostrando que iriam continuar a marcar passo, que iria continuar a crescer menos do que os concorrentes diretos e iriam continuar a afundar o país no “*ranking*” dos países em termos de riqueza per capita. Em 2015 Portugal estaria no 18.º lugar e naquele momento estariam a caminho de se tornarem o 22.º país no referido “*ranking*”. Se continuassem com a perspetiva abaixo dos 2%, certamente que iriam continuar próximos da estagnação e a empobrecer cada vez mais.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que tinha faltado a resposta a algumas questões que tinha colocado.

Disse importar esclarecer algumas questões, sendo que a primeira dessas questões estaria relacionada com o conceito de aumento ou de redução de impostos, que seria disparata entre as diversas bancadas. O senhor Vereador Carlos Rabaçal também não era professor de história, porque senão recordar-se-ia certamente que, no passado mês de junho, aprovaram taxas de IMI de 0,37 e aprovaram a taxa de participação variável no IRS de 3,7%, que representaram reduções face àquilo que tinham em vigor para o ano de 2021 e que tinha sido cobrado no ano corrente de 2022, objetivamente a proposta que a CDU apresentava era uma proposta de aumento face aquilo que estava aprovado. No âmbito do discurso e da retórica da CDU, de um certo revisionismo da história, poderiam querer entender que não haveria nenhum aumento e que haveria uma redução, como já tinham ouvido falar no decorrer daquela reunião. Na realidade não havia nenhuma redução, havia sim um aumento. Até mesmo quando falavam em redução era importante terem presente, porque tinham de ser rigorosos nas afirmações que faziam, que aquilo que a câmara fazia era definido uma taxa. Quando falavam de IRS, se a câmara não se pronunciasse a taxa seria de 0%, nem por aquele ponto de vista estariam a falar de uma redução e quando falavam de IMI, a Câmara tinha de se pronunciar no sentido de deliberar e definir uma taxa. Não havia uma taxa base sobre a qual pudessem existir reduções. Aquilo que existia seria uma deliberação do município, ao contrário daquilo que os senhores tinham afirmado, que definia uma taxa, era verdade que havia um histórico que todos conheciam, havia um histórico de taxa máxima que tinha sido aquilo que a CDU sempre quisera aplicar no Município de Setúbal. Já que falavam de história e também relacionada com a Matemática, era importante deixarem muito claro que nos últimos 20 anos, a receita municipal anual de impostos e taxas terá subido 18,1 milhões de euros. A Câmara Municipal de Setúbal em 2021 arrecadara em impostos e taxas mais 18,1 milhões de euros do que arrecadara no ano 2001. Eram factos matemáticos e eram factos históricos. Independentemente da retórica que se pudesse querer utilizar, tal como dizia o povo e com razão “*contra factos, não há argumentos*”.

Na sequência daquilo que tinha sido a intervenção do senhor Vereador Ricardo Oliveira, havia alguma perceção, que pudesse ter sido por má explicitação da sua parte, quando colocara a questão referente à Derrama. Disse conhecerem a limitação legal e reconheciam que a própria lei seria um pouco contraditória, porque estariam a falar de um imposto que incidia sobre o lucro tributável das empresas, mas depois definia o benefício fiscal em função daquilo que seria o volume de negócios e não em função daquilo que seria o lucro tributável que transportava. O legislador terá feito com um entendimento no que respeitava à questão

específica do benefício fiscal, no entanto, seria importante perceberem que quando olhassem para o apoio às empresas, exclusivamente por via da redução da Derrama, estariam a deixar de fora variadíssimas outras empresas que, por aquilo que seria a sua atividade normal, não tinham lucros extraordinários, não seriam empresas que tivessem uma atividade especulativa, seriam empresas que davam trabalho a muitas e muitos setubalenses e azeitonenses, não em função do seu lucro, mas em função do seu volume de negócios os quais ficariam excluídos de apoios por parte do município. As propostas que o Partido Socialista apresentara e apesar de terem vindo sob a forma de recomendação, seria importante perceberem que seriam propostas devidamente elencadas, estavam contabilizadas, porque poderiam discutir quais seriam os valores da sua aplicação, caso os senhores assim o entendessem. Tratava-se de propostas que do ponto de vista das empresas propunham isenção dos custos com a ocupação da via pública e dos custos com publicidade.

Informou o senhor Vereador Ricardo Oliveira, que não tinham proposto a isenção dos custos para as empresas de publicidade, na realidade aquilo que tinham proposto seria a isenção de publicidade, entendida pelos letreiros que as empresas tinham e pagavam uma taxa pela sua aplicação. Se tivessem uma ocupação superior a quinze centímetros para além daquilo que seria a fachada do prédio, os toldos e as esplanadas que ocupavam a via pública, tudo aquilo que se entendia como um apoio, que seria um apoio que não sendo direcionado especificamente para um setor de atividade, seria um apoio que iria abarcar muitas empresas que atualmente teriam maiores dificuldades, em função daquilo que seriam os seus custos, particularmente os custos com energia e que também por via da inflação tinha um custo acrescido com as matérias adquiridas e que também poderiam ver na contingência de ter uma redução de consumo. Estaria a falar especificamente daquilo que seria a restauração e que seria fundamental para a atividade económica da cidade, mas com a proposta exclusiva de apoio por via da Derrama ficariam maioritariamente excluídas do respetivo apoio.

Disse parecer bastante otimista a previsão da venda de 50 mil passes Navegantes do Município de Setúbal, porque a proposta formulada incidia apenas sobre o passe Navegante Municipal e não sobre o passe Navegante na íntegra. Uma média de venda de 4.200 passes mensais, que corresponderia perto de 50 mil passes anuais, seria excessivo, face àquilo que historicamente deveria ser a utilização, mas que não acreditava que ultrapassasse os 2 mil passes mensais. Tratava-se de um apoio que dependia daquilo que seria a efetiva resposta dos transportes, que como todos sabiam, naquele momento ainda não seria uma resposta efetiva às necessidades dos cidadãos. Acreditavam na boa vontade da proposta, da forma como ela tinha sido construída e na intencionalidade de chegar a mais cidadãos. Era uma proposta de apoio “cego”, porque tanto apoiava o desempregado, como apoiava quem ganhava o salário mínimo, como apoiava o funcionário público no topo da carreira, que utilizasse o transporte público e não a sua viatura própria, ou um alto quadro de outra empresa que utilizasse o transporte público nas suas deslocações dentro do território, criando um enviesamento face aos cidadãos que residindo no concelho de Setúbal trabalhavam fora, fosse em Palmela, Seixal ou Almada.

Da mesma forma, quem tinha casa seria um perigoso burguês, seria rico e por essa razão, com os seus impostos, enquanto proprietário, podiam cobrar-lhes valores que estariam descontextualizados face àquilo que seria o resto dos municípios de proximidade, bem como outros municípios com dimensão semelhante ao município de Setúbal. Também consideravam que quem não trabalhava no concelho de Setúbal por via daquela proposta, apesar de residir, também teria um rendimento significativamente mais elevado, que permitia suportar todos os custos e sem qualquer tipo de apoio, independentemente daquilo que fosse o seu rendimento. Todos sabiam existirem estudantes, particularmente os do ensino secundário que residiam em Azeitão, não se deslocavam para Setúbal para fazer o ensino secundário, deslocavam-se para fora do concelho. Significava que aqueles estudantes à partida seriam excluídos, pelo que haveria um enviesamento à sua leitura, que lhes parecia pouco correto e construído de uma forma que poderia ser melhorada.

Faltava-lhes ainda saber qual seria a estimativa da perda de receita por via da isenção da Derrama. Já tinham discutido a Derrama e a forma como a lei permitia fazer minorações, até

mesmo isenções, aquilo que poderia ser feito para além da questão fiscal, no entanto, faltava saber qual seria a estimativa de quanto custaria.

Disse que não poderiam “*querer o sol na eira e chuva no nabal*”. O senhor Presidente André Martins solicitara às forças políticas que apresentassem sugestões na tentativa de construir consensos, para que daqueles consensos resultasse uma proposta. Nesse sentido, o PS apresentara uma recomendação, elencando uma série de propostas que consideravam que deveriam ser tidas em linha de conta na construção daquele consenso, no entanto, os senhores tinham dito que os “*malandros*” dos vereadores do Partido Socialista excluía-se daquilo que seria a apresentação de propostas de apoio aos munícipes, porque apresentavam uma recomendação em vez de formalizarem a recomendação em modo de proposta para que fosse votada. Seria bom que os senhores decidissem uma vez por todas aquilo que pretendiam. Se pretendiam seguir o caminho que tinha sido preconizado pelo senhor Presidente André Martins, o caminho de ouvir as forças políticas e ouvir as propostas que tinham para apresentar, para construir uma solução consensualizada e que pudesse ir beber um pouco daquilo que seria a visão que cada uma das forças políticas sugeriam para os apoios sociais, isso seria uma coisa. Se entendiam que aquilo que seria válido e que seria o caminho que os senhores defendiam na apresentação individualizada de propostas, isso seria outra coisa. Estavam perfeitamente à vontade quer fosse por um caminho ou outro, no entanto, seria bom que os senhores definissem de uma vez por todas aquilo que pretendiam. O PS já tinha apresentado propostas que definiram como sendo justas e tinha entendido apresentar de forma individualizada, no entanto, os discursos dos vereadores tinham sido literalmente o oposto. Seria bom que, de uma vez por todas, definissem aquilo que seria no entender dos vereadores, o contributo ou a forma como achavam que a oposição deveria contribuir.

Disse que estariam inteiramente disponíveis para seguir um caminho ou outro e que não seriam de todo condicionados por aquilo que seria o discurso serpenteante no que respeitava àquelas matérias. Seria bom que houvesse da parte de quem serpenteava discursivamente alguma coerência.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse estarem perante uma situação social muito grave, a qual ainda não tinha atingido o ponto mais elevado, significava que a situação se iria agravar. Teria sido naquele sentido que o PSD decidira apresentar aquela proposta, que seria uma proposta muito equilibrada ao nível das famílias, das empresas, das pessoas que tinham automóveis, das que não tinham, das que necessitavam de deslocação, das crianças que precisavam de se alimentar. Não seria necessário voltar àquilo que tinha sido anunciado pela senhora Vereadora Sónia Leal Martins, relativamente à situação de pobreza ou próximo, que os concidadãos infelizmente padeciam. Ainda naquela reunião tinham aprovado uma saudação à Cáritas, sendo que a Cáritas tinha revelado alguns dias que a procura de ajuda tinha aumentado brutalmente. Teria sido revelado que aquela procura de ajuda seria não só para as pessoas que habitualmente procuravam ajuda, mas também de outras pessoas que não seria usual fazerem, sendo indícios da situação que tinham. Os preços dos combustíveis seriam mais elevados do que no famoso período da Troika, que tinha sido uma espécie de período padrão para o Partido Socialista, para tentar esmagar os outros partidos e mostrar ao PSD que tinha sido um período negro, como se o Governo das pessoas que estiveram no PSD e do CDS tivessem prazer em fazer mal, ao cortar pensões. Lembrou que no tempo daquele Governo “*malfadado*”, segundo o PS, as pensões mais baixas não tinham sido tocadas e como sabiam naquela alteração que o PS tinha feito relativamente às pensões, tinham sido todas, até pelo menos seiscentos e tal euros as pensões não tinham sido tocadas, mas tinham sido tocadas as grandes pensões.

Mas aquilo estaria relacionado com o esforço que os portugueses tiveram que fazer e o cumprimento do memorando, certamente que todos se lembrariam o que tinham visto na televisão no dia 6 de abril, naquele confronto em que o Ministro das Finanças tinha pedido um resgate quase às escondidas do Primeiro-Ministro, porque a negação da realidade começava a fazer parte da génese daquele partido. Na realidade atualmente estavam numa situação

mais complicada em termos do país, na instabilidade dos serviços públicos, naquele dia tinha havido uma greve na área da educação, estavam marcadas greves na área da saúde, a “Geringonça” já não salvava a gestão do Partido Socialista, durante aqueles sete anos. O exemplo da aposentação dos professores era uma coisa quase a raiar a gestão danosa, porque todos sabiam que aqueles professores se iriam aposentar ao longo daqueles anos e não tinha sido garantida a sua substituição. Nas forças de segurança acontecera o mesmo, os novos efetivos que saíam da formação eram em menor número, em relação aos que se aposentavam. Haveria um esforço, o qual acreditava que fosse involuntário, de que o Estado prestasse um pior serviço ao país. Portugal era o terceiro país da OCDE com mais médicos por paciente, se havia falta de médicos no Serviço Nacional de Saúde tinha a ver com o facto de não conseguirem que aquelas pessoas especializadas que tanta falta faziam, porque o Estado não tinha capacidade para os reter, e aquilo era algo que competia que fosse o Governo a fazer. Disse estar a falar em termos governativos, porque aquela situação vinha sempre à baila e não era aquele o assunto que os trazia ali, mas às vezes aquelas coisas tinham que ser ditas. Tinha havido corte de feriados, o que seria uma realidade, mas quem tinha previsto aquele corte no memorando da Troika tinha sido o PS. Tinha havido corte de pensões, mas quem tinha previsto no memorando da Troika tinha sido o PS. Era preciso ter uma grande *“lata”* quando lhes era dito, cara a cara, razão pela qual teriam que responder. O observador da pobreza, infelizmente, já estava desatualizado, porque tinham os números da inflação homóloga, que tinham sido revelados na passada sexta-feira em 10%, o que significava que a inflação acumulada naquele ano nunca seria abaixo de 8%, ao contrário daquilo que seria a base para o Orçamento de Estado.

Disse que não poderiam esquecer de terem a maior carga fiscal de sempre. O Governo da maioria absoluta, havendo problemas com os custos de energia e todos percebiam isso, poderia ir mais longe, tal como os outros governos da União Europeia. Não seria preciso ir à Índia, bastaria ir aos congéneres, aos outros países da União Europeia para ver o que eles tinham feito, se não se fazia era porque não se pretendia e então dizia-se que se *“estava a criar uma almofada”*. Engraçado como a linguagem tinha daquelas coisas, quando era o PSD, eram quase uns *“assassinos”*, quase pretendia que as pessoas morressem nos hospitais, no entanto, naquela altura não havia a falta de médicos que atualmente existiam, havia mais orçamento na saúde do que aquela que existia ou do que havia naqueles anos passados. Não podiam trabalhar naquela base, não podiam trabalhar na base de que as pessoas não estavam atentas, de que as pessoas não sabiam ou não estariam informadas, na realidade aquilo seria enganar as pessoas.

Disse que tinha ficado estupefacto, com o facto de o PS localmente não ter apresentado nenhuma proposta, após ter sido o primeiro partido a anunciar que iria apresentar propostas. Apresentaram uma recomendação e bem, mas depois não concretizaram, estariam provavelmente distraídos. Talvez se estivesse ali uma pessoa que todos conheciam, que viam umas dez vezes por dia na televisão, chegariam a outra conclusão.

Tinham visto certamente o que tinha acontecido quando o PSD tinha pedido a demissão do Presidente da Câmara e depois como lhes puxaram as orelhas em Lisboa para não o fazerem e tinha provavelmente acontecido o mesmo. O PS tinha um problema, não entendia que o monopólio das boas notícias não era só do Partido Socialista, era de todos os partidos e naquele dia estariam a dar boas notícias às pessoas e os vereadores do Partido Socialista não quiseram dar e pretendiam falar do IMI, e pretendiam vender a ideia do IMI ir aumentar.

O IMI iria manter-se igual ao que estava naquele ano e em que as pessoas tinham pago. Disse que tinham conseguido reduzir, com a participação do PSD, a redução dos 0,44 para os 0,40, sendo que no IMI familiar do ano transato, dois milhões e meio de euros tinham sido devolvidos às pessoas. Com o percentual de IRS devolveram aos setubalenses mais um milhão, seiscentos e cinquenta mil euros. No total tinham cerca de quatro milhões e cem mil que devolveram já no ano transato aos setubalenses. Na proposta do PSD, estimavam que seria devolvido cerca de um milhão e cem mil euros através do transporte, das refeições, das pessoas que não teriam que pagar o primeiro dístico no estacionamento tarifado.

A bancada do PSD desconhecia, mas tinha sido dito que a proposta da CDU seria à volta de um milhão de euros, segundo as suas contas, na generalidade, estariam a devolver cerca de seis milhões e duzentos mil euros aos setubalenses. Achava que o PS se deveria juntar, porque se tratava de um percentual significativo do orçamento camarário, numa Câmara que não era rica. Tinha sido dado ali o exemplo de Lisboa e de Cascais, que eram câmaras ricas, câmaras com muita receita, com taxas turísticas, enquanto na Câmara de Setúbal se estaria a fazer um esforço. Na última reunião de Câmara, aquilo que tinha dito e aquilo que tinha proposto tinha sido a retirada da proposta do IMI, para que a mesma pudesse ter sido discutida no seu conjunto e por essa razão estaria convencidíssimo que o PS iria apresentar uma proposta. Obviamente que o PSD, tal como todos os partidos presentes na Assembleia Municipal, falara numa reunião com o senhor Presidente da Câmara, esperando que o PS apresentasse propostas.

Relativamente aos custos de energia não seria da competência da Câmara Municipal, e obviamente que também poderiam desagrar o IRS em sede de Orçamento de Estado e como começava a ser discutido, seria a altura de lutar por essa razão, tal com os outros partidos lutavam naquele momento.

Tinham falado em parcerias positivas, uma expressão feliz do senhor vereador Vítor Ferreira, a pareceria que tinha sido qualificada referia-se aos centros de saúde, que seriam da competência do Governo, tinham sido construídas pela Câmara, as quais o senhor vereador Vítor Ferreira tinha considerado de parcerias positivas. Aquilo que estavam a fazer também seria uma parceria positiva, tentavam ajudar os seus concidadãos. Transformar tudo aquilo numa arma de arremesso político seria um erro.

Tinham visto o "Post" do deputado e vereador Fernando José no qual referira que tudo dependia do PSD, mas o PSD era um partido responsável e sempre tinha sido naquela Câmara e na Assembleia Municipal, pelo que assumiam as suas responsabilidades e as suas responsabilidades eram assumidas através daquela proposta.

Disse que a falha tinha sido dos senhores Vereadores do Partido Socialista.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Informou o senhor Vereador Joel Marques que o facto de o mesmo considerar, que fixar a taxa do IMI e da participação variável do IRS no mesmo valor, que já havia sido reduzida em 2022, que se tratava de um aumento de impostos, acrescentando que aquilo que o senhor vereador Carlos Rabaçal referira, incorria num erro se não se fixasse nenhuma taxa de IMI, sendo que nenhuma taxa da participação variável do IRS significaria 0% e a taxa do IMI seria 3%, quando qualquer partido naquela câmara apresentava qualquer taxa de participação variável do IRS ou qualquer taxa de IMI, significaria retórica do senhor vereador, que estariam a propor aumento de impostos. Esperaria aquilo de muita gente, mas não do Partido Socialista, esperaria aquilo da Iniciativa Liberal, porque iria ao encontro com o seu pensamento liberal, nunca esperaria aquilo da parte do Partido Socialista. Comparando o nível de impostos cobrados em 2001, com os impostos de 202, dando a ideia de que tinha havido um grande aumento dos impostos, porque a receita tinha aumentado muito. Era aquela a ideia que estava implícita quando sucessivamente o Partido Socialista utilizava aquela argumentação, sendo uma grande desonestidade política, porque o senhor vereador sabia perfeitamente que não tinha sido por qualquer responsabilidade ou ação daquela câmara, ou de qualquer vereador eleito naquela Câmara, que aquela receita de impostos tinha aumentado. Aquela tese tinha sido a tese que o PSD tinha acabado de utilizar, para dar a ideia de que os impostos para as pessoas mais pobres diminuía e para os mais ricos aumentavam, conseguindo aumentar a receita tributária, sendo um agravamento de impostos para a população em geral. Tratava-se de uma tese que combatia há anos e que continuaria a combater porque seria desonesta. Diminuir os impostos para a maioria da população, aumentando para a minoria, mesmo assim conseguindo arrecadar mais impostos, não seria um aumento de impostos para a generalidade das pessoas. Aumentar para quem podia pagar, diminuir para quem não podia pagar tanto.

Disse que não esperaria ouvir sucessivamente da bancada do Partido Socialista argumentos que encontrava na família liberal ou numa família próxima da liberal, que o PSD representara. Tinha sido uma afirmação do senhor vereador e de mais ninguém naquela casa, que quem tinha casa seria um perigoso burguês, o que só responsabilizaria o senhor vereador, porque se pretendia fazer alguma provocação política sobre aquela afirmação, poderia ir para outro sítio e não seria naquela casa que o faria, porque ali não saberia quem ficaria atingido. Escusava de usar argumentos ou retórica mais floreada, para tentar dar uma ideia de que naquela casa existiam forças políticas ou eleitos que combatiam munícipes daquele concelho. O senhor Vereador não deveria criar antagonismos que não existiam naquela casa.

Disse ter diferentes perspetivas sobre a sociedade, por essa razão estariam em forças políticas diferentes. Tinham diferentes prioridades na ação política, o que não significava que não pudessem encontrar momentos de convergência, mas certamente não encontraria ali aquele tipo de arrivismo.

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Disse que o senhor Vereador Joel Marques já tinha tido a ocasião de responder ao senhor Vereador Carlos Rabaçal.

Disse ser professor de história, mas naquela casa seria um eleito pelos munícipes de Setúbal, num processo democrático e seria nessa qualidade que se iria pronunciar.

Referiu que estariam em condições de votar, relativamente às deliberações daquela casa, seria um aumento, porque em junho votaram uma proposta de diminuição e essa proposta de diminuição não tinha entrado em vigor e só não entraria em vigor se a proposta de aumento em comparação com aquela que votaram em junho, não vingasse. Significaria que, se aquela proposta se mantivesse em vigor, haveria uma redução, se a proposta que iriam votar ao posterior vingasse, certamente que iria haver a manutenção relativamente aos valores anteriores, mas em relação àquilo que seria a expectativa de quem os acompanhava, independentemente de alguns pensarem favoravelmente àquilo que seria proposto e de outros pensarem favoravelmente em relação àquilo que tinha sido votado anteriormente. Na verdade, aquela casa tinha decidido em junho reduzir e agora poderia propor um aumento em relação àquele dado.

Referiu que caso alguns gostassem de fazer a revisão da história até perceberia, que outros tivessem ido por aquele caminho, porque lhes dava jeito, naquele caso já estranharia muito mais.

Seriam as deliberações que contavam e tinha sido deliberado naquela casa reduzir, no entanto, estaria em vistas de ser votado uma proposta que na comparação com a anterior propunha um aumento.

Insistira, caso aquela proposta fosse votada e não vencesse, mantinha-se a anterior que seria de redução, por essa razão é que falava de aumento, apesar de não ser professor de matemática.

Gostaria de deixar uma nota ao senhor Vereador Paulo Calado sobre a questão da falta de professores. Da experiência que tinha o problema da falta de professores, infelizmente, não poderia ser só assacado aos Governo do Partido Socialista e lembrou que a 7 de setembro de 2012, o então Ministro Nuno Crato do PSD tinha feito o favor de dizer que havia professores a mais e que seria importante trabalhar na redução, uma vez que estariam perante uma queda de 14% do número de alunos. O grande problema de haver forças políticas que governavam, mas que às vezes não contribuíam para a solução, contribuíam para o problema. Naquele caso da falta de professores, infelizmente o problema tinha começado há muito. Aquele era um problema que não estava resolvido ainda, mas que terá infelizmente começado a acreditar naquilo que tinha sido dito pelo Ministro Nuno Crato, nos idos de 2012.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que não iria gastar muito mais tempo relativamente às questões que estariam a ser colocadas sobre o IMI, contrariando o pensamento matemático do seu estimado vereador Vítor Ferreira, porque não se poderia dizer que não tinha acontecido, uma vez que já tinha acontecido. Estariam a pensar do ponto de vista da economia liberal, relativamente ao futuro.

Disse que os senhores vereadores consideravam que aquilo que tinha sido deliberado já tinha acontecido, quando a deliberação não tinha tido execução, logo essa deliberação até ser executada seria passível de discussão e de acerto e era aquilo que era proposto. Nenhum munícipe daquele concelho, no ano 2023, iria pagar mais de IMI do que tinha pago em 2022. Os senhores utilizavam uma argumentação que era falaciosa, porque propunha zero e tudo o que fosse acima de zero seria aumento, por aquela razão só poderiam estar a brincar. Convinha que ficasse claro que nenhum munícipe do conselho iria pagar mais um cêntimo de IMI, em condições homólogas com património homólogo, exceto se fosse por decisão do Governo, pelo que a redução iria manter-se.

Disse existir uma história que convinha recordar, o Partido Socialista em toda a sua gestão, em todos os anos que tinha estado naquela câmara sempre teve a taxa do IMI no máximo e nunca a reduziu, nunca baixara a taxa, enquanto outros baixaram.

Referiu, para que não fossem acusados de ser contra de quem tinha património, não haveria impostos para as pessoas detentoras de património. As coisas tinham que ser tratadas com equilíbrio social que as mesmas exigiam e era daquilo que falavam. Não seria proteger as pessoas pela via do IMI para corresponder ao programa eleitoral do Partido Socialista, de forma absolutamente cega, que pretendia aplicá-lo, apesar da situação política, económica e social ter tido uma alteração profunda e radical, como se nada estivesse a acontecer. Seria uma certa cegueira política que iria prejudicar o Partido Socialista, porque se pensavam que estariam a fazer um número que lhes desse votos, na realidade iriam ser prejudicados, porque a população perceberia o que estariam a dizer.

Questionou o senhor vereador Joel Marques se a receita dos impostos que vinham para o município iria para o banco ou para os acionistas, assim como de que receitas vivia o Estado. Sendo que em grande medida o mesmo vivia das receitas de impostos.

No município cada euro que tinha entrado tinha sido utilizado e estava no terreno e algum tinha sido devolvido às pessoas, mas para que aquilo fosse possível seria necessário que ele entrasse. O Partido Socialista tinha desenvolvido uma tese que permitia que evoluísse o orçamento municipal, mas retiravam fundos para que eles não pudessem gerir em condições. Seria uma forma sectária, cega e que prejudicaria o município e os munícipes de Setúbal.

Depois de tanta crítica às propostas apresentadas quer pela CDU, quer pelo PSD, sendo que algumas delas tinham sido apupadas, por propostas cegas, no entanto, não conseguia ver as propostas do PS, porque o PS não fazia propostas de olhos abertos, na realidade não fazia nenhuma proposta, não assumia a responsabilidade de apresentar propostas para que pudessem ser avaliadas, apresentaram umas vagas recomendações e depois estariam à vontade para criticar tudo e todos. Nenhuma das propostas seriam perfeitas e nenhuma delas teriam o alcance que gostariam de ter, no entanto, gostaria que o PS tivesse entregue as propostas brilhantes, fantásticas, notáveis, que interessassem a todas as pessoas, mas que não o fizeram.

Informou os senhores vereadores do Partido Socialista que daquela forma seria fácil fazer política.

Sr. Vereador Nuno Cruz – Referiu que o seu camarada de bancada Vítor Ferreira tinha sido acusado de não ser professor de matemática, porque tinha errado numa conta, mas na realidade não tinha errado. O senhor vereador Carlos Rabaçal também não era professor de português, porque se fosse professor de português teria lido bem a proposta do PS e verificaria que a mesma não seria vaga, mas sim clara como a água. A proposta que tinha ido à reunião de Câmara como recomendação tinha sido clara, se o senhor vereador concordava ou não seria diferente. Utilizar alguns adjetivos para aquilo que estava escrito na proposta, tendo como objetivo de diminuir a mesma, não ficava bem.

Questionou a senhora Vice-Presidente, bem como os restantes vereadores, se existia alguma proposta que estivesse, naquele dia, em cima da mesa a ser discutida que abrangesse mais setubalenses do que a proposta de baixar o IMI à taxa de 0,37, porque 70% das famílias setubalenses pagavam IMI, o que eram dados irrefutáveis. Existiam algumas propostas que

atingiam algumas famílias, alguns públicos específicos, mas que atingissem tantas pessoas, certamente que não haveria.

Gostaria que lhe explicassem como pretendiam retroceder numa decisão naquela reunião de Câmara, de uma boa decisão e terá sido por essa razão que o PSD os tinha acompanhado, mas agora pretendiam transformar num conjunto de outras propostas. Já sabiam que 50 mil pessoas em Setúbal tinham passe municipal, o que desconhecia.

O Senhor Vereador Paulo Calado tinha tido notícias que a Cáritas de Setúbal estaria a ter uma maior procura por parte de famílias e que outro tipo de pessoas com outro nível económico também estariam a procurar a Cáritas. Provavelmente estavam a falar das famílias que não eram ricas, porque receber 800€ ou 900€ de vencimento e ter a sua casa própria, infelizmente, já não era estar na classe média ou era estar numa classe média muito baixa e que já estavam a ir ao encontro da Cáritas, mas com a proposta que tinha ido à reunião de Câmara pela bancada da CDU e que eram coerentes com a taxa máxima de IMI que existia, a qual não iria sair naquele ano, e que tudo fariam para que nunca chegasse. Naquele caso, o PSD que os tinha acompanhado no passado, naquela descida de apoio às famílias, questionou se não achariam naquele momento, com a decisão que estariam a ir exatamente a penalizar muitas daquelas famílias que estariam a entrar o limiar da pobreza e que com mais aquele aumento no seu encargo anual, se não os iria prejudicar.

Relativamente à bancada do PSD disse ter um bom contacto de um designer gráfico, caso precisassem de alterar o outdoor para retirar de lá o cãozinho, porque o rendimento familiar iria baixar, provavelmente iriam deixar de poder ter um animal, pelo que poderia facilitar-lhes.

Sr. Vereador Paulo Calado – Informou o senhor Vereador Nuno Cruz que relativamente à Cáritas, aquela situação tinha sido noticiada numa afirmação da Cáritas. Não tinha sido a primeira vez que acontecera, também no período da Troika tinha acontecido, seria um sinal de que haveria um agravamento da crise nas famílias.

Relativamente àquilo que tinha sido a posição do PSD, não tinham nenhum tipo de problema. Referiu que haveria necessidade de lembrar que em junho de 2022, tinha decorrido cerca de 4 meses do início da invasão na Ucrânia e naquele momento ninguém esperava o agravamento da situação internacional, não só daquela invasão com aquilo que se vislumbrava, porque iriam ter um tempo muito longo, de impacto da crise na vida das pessoas, que não seria só em Portugal. Daquela vez, ao contrário do período da Troika que tinha atingido alguns países na União Europeia, o problema seria global, de tal forma, como tinha dito a senhora Vereadora Sónia Leal Martins e bem, tinha sido um feito não do Governo Passos Coelho, mas do povo português, dos empresários.

Referiu que Portugal tinha uma grande vantagem competitiva em termos internacionais, dado que seriam a quinta língua mais falada do mundo e tinham uma facilidade muito grande em darem-se com os outros povos, não havia grandes animosidades, tanto se davam bem com um Israelita como com um Muçulmano. Os empresários portugueses conseguiram naqueles quatro anos de Troika passar de menos de 30% nas exportações em percentagem do PIB, para 44%, tinha sido um feito do engenho português. Os portugueses tinham feito aquilo que sempre fizeram, infelizmente em todas as épocas, que seria emigrar e no caso das empresas iam vender os seus produtos fora do país. A contínua saída de pessoas do país, infelizmente, devia-se à debilidade da economia que não seria um caso atual e não era só culpa do PS, era do estado da situação e da economia em geral, que sempre acontecera e que terá motivado na maioria da expansão portuguesa, que terá feito com que Portugal tivesse sido a quinta língua mais falada do mundo. Sabia que alguns partidos tinham um pouco de vergonha de falar daquelas coisas, porque estava na moda, mas o PSD não tinha medo de falar sobre a situação. Disse que a alteração das circunstâncias se verificava, e obviamente não seriam uns "loucos", para conseguir que aquelas medidas se efetivassem, exceto se a Câmara se endividasse ainda mais, o que não seria muito lógico. Aquilo que estavam a fazer, era aquilo a que se chamava redistribuição do rendimento de forma diferente daquela que iriam fazer com a redução do IMI. Atribuir valores iguais a todos os cidadãos até um determinado limiar seria uma decisão "cega". Dar 125 euros a quem ganhava menos ou até 2.700 euros é que

seriam coisas “cegas”. O que estavam a fazer era proporcional, ajudavam aqueles que tinham mais dificuldades, que no PSD chamavam social-democracia. Seria dar a cada um, conforme as suas necessidades.

Sr. Vereador Pedro Pina – Alegou que, na opinião da senhora vereadora Sónia Martins, ao longo dos “27 anos de governação”, a CDU não teve nenhuma responsabilidade pelo que diz respeito às circunstâncias estruturais do país, como a pobreza. Sabe-se que os indicadores deixam bem evidente que os responsáveis pela pobreza estrutural do país são os seus governantes. Podiam atenuar e mitigar a pobreza com diferentes estratégias e competências, mas era uma realidade estrutural que decorria da política do país.

Disse que no quadro da proposta que a CDU naquele dia apresentava, havia uma matéria que lhes parecia importante, que nenhuma das bancadas havia referido, quando se tinha construído uma pequena parcela da proposta, a qual estaria relacionado com a forma como se responderia numa crise socioeconómica, que estariam a enfrentar e iria continuar a enfrentar, seria conveniente que não se iludissem que alguns dos problemas que eram vertidos naquelas respostas, que poderiam ser mais expressos ou mais evidentes e arrastavam-se ao longo dos tempos e a evidência das circunstâncias apenas escancaravam. Estaria a falar exatamente daquilo que tinha sido uma iniciativa da Câmara Municipal com a presença do Presidente da Câmara Municipal, com a realização de um Conselho Social de Ação Social extraordinário, porque lhes parecia fundamental que se percebesse que perante as dificuldades, perante os sinais de profunda vulnerabilidade que as famílias e os territórios enfrentavam. O pior que poderiam fazer seria não considerar aqueles que eram os principais protagonistas, que ao longo das últimas décadas, tinham também garantido o apoio àquelas famílias. Disse que estavam a falar em diferentes áreas, de diferentes formas, de instituições particulares de solidariedade social, mutualidades e de Misericórdias que eram um fator determinante na coesão social e territorial. Naquela situação em concreto, naquilo que seria possível também nas respostas que encontrassem, caso não suportassem e não apoiassem algumas daquelas entidades, daquelas que concorriam diretamente para a integração social, nomeadamente as associações, coletividades e clubes desportivos, que seriam fundamentais perante o cenário que estariam a enfrentar conseguissem garantir o mínimo de atenuação à crise que iriam encontrar. Transmitiu que tinha sido com grande preocupação que assistiram a um discurso absolutamente preocupante da parte das diferentes instituições que estiveram presentes no último Conselho Local de Ação Social, tendo sido aprovado que a respetiva ata fosse enviada para a Tutela, demonstrando que as medidas que já tinham sido aprovadas, não tinha prevista uma única medida em orçamento que tivesse e que considerasse as Instituições Particulares de Solidariedade Social. Tratava-se de uma preocupação, porque quando falavam em acréscimo de despesas, estavam a considerar que aquelas instituições que desenvolviam um conjunto de respostas sociais fossem confrontadas com os problemas. Referiu que a proposta da CDU ia no sentido de construir, em concertação com os considerandos do próprio Conselho Local de Ação Social, uma matriz para os apoios do valor que se propunha. O mesmo, relativamente à matéria referente aos apoios ao movimento associativo, desportivo e cultural.

Disse que lhes parecia coerente, mais do que fazerem das medidas exercícios do que quer que fosse de agradabilidade, os deveria mover de uma forma conjunta e coletiva, seria conhecer as reais necessidades, sendo que as reais necessidades não poderiam partir de pressupostos de nenhuma das bancadas. Deveriam partir de pressupostos também do olhar daqueles que eram protagonistas das circunstâncias, que viviam no quotidiano de todos os dias decorrente da sua atividade. Parecia-lhes prudente, porque o que tinha ali sido considerado era um valor. Poderiam sem grande dificuldade apresentar, com base num conjunto de critérios, por via da matriz A, da matriz B, da matriz C, por via de um conjunto de propostas, protocolos. Parecia-lhes prudente considerarem um valor, considerarem uma estratégia e trazer proximamente uma matriz que apresentasse aqueles considerandos, na discussão com todas as bancadas. Aquele contributo seria importante para a valorização da discussão.

Disse que não ouvira da parte da bancada do Partido Socialista, nomeadamente naquilo que dizia respeito à proposta da CDU, que haveria um conjunto de elementos que iriam ao encontro da própria proposta do Partido Socialista. Estaria a falar da recomendação que os vereadores do Partido Socialista haviam apresentado na reunião de Câmara que não estaria vertida numa proposta, mas se entendessem que seria uma proposta era uma questão que teriam de resolver. Na recomendação que apresentaram na reunião de câmara estaria um conjunto de elencados. Em nenhum momento terá ouvido da parte do Partido Socialista dizer se se reviam ou não nas propostas que haviam sido apresentadas ou se rejeitavam liminarmente, se não valorizavam aquelas propostas ou se achavam que aquelas propostas não seriam relevantes e que iriam ao encontro de muitas das necessidades das pessoas. Mais do que estarem a discutir algumas preocupações de outro âmbito, seria tentar concertar ao superior interesse da cidade, do município, dos territórios e das freguesias, que seria a discussão para aquilo que os trazia e que valeria a pena que o Partido Socialista também se pudesse alinhar, deixando de parte a recomendação se deveria ter sido formalizada ou não em proposta ou se esse tempo foi ou não perdido, no entanto, o essencial seria aquilo que era apresentado.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Referiu que a bancada do Partido Socialista poderia ter feito o mesmo que fez o Governo no mês de setembro, ao ter reconhecido que a situação estaria a alterar-se, a crise estaria a agudizar-se, tendo também havido pressão naquele sentido e após o PSD ter anunciado uma série de propostas, o Partido Socialista terá tomado a iniciativa e terá apresentado um conjunto medidas de apoio aos portugueses. Foi o próprio Governo que veio reconhecer que a situação se havia alterado e como tal agira consoante o agudizar da crise. Talvez aquilo tivesse acontecido para terem tido uma recomendação numa proposta, o PS assumiu com a recomendação que as medidas do Governo seriam insuficientes e provavelmente não teria sido bem acatado em casa.

Disse pretender reforçar, que a tomada de posição do PSD visava abranger uma maior franja da população através dos apoios e daquilo que seriam os benefícios que iriam chegar a mais famílias.

Não podiam deixar de frisar existirem vários programas eleitorais autárquicos, não foi somente nas últimas eleições autárquicas que integrou as listas do PSD, mas já nas eleições anteriores, a questão da descida do IMI, a criação do IMI familiar e a devolução da taxa do IRS sempre constara no programa do PSD. O compromisso do PSD para o presente mandato autárquico, encontrava-se cumprido quanto à taxa de fixação do IMI, que estaria fixado em 0,40, o que se traduzia na devolução de cerca de 2,150 milhões de euros. Foi concretizada a medida do IMI familiar, o que significava a devolução de cerca de 325 mil euros às famílias e quanto à devolução de IRS já conseguiram que fossem devolvidos 500 mil euros aos setubalenses. O compromisso do PSD com os setubalenses em matéria de impostos, foi um compromisso para um mandato e o mandato não estava a acabar, o mandato decorria e dois dos compromissos que se comprometeram em matérias fiscais estavam cumpridos.

Disse que teriam que ser sérios e olhar para aquilo que era a situação real do país e não se podiam agarrar àquilo que achariam que seria um ganho eleitoral. O próprio Governo reconheceu aquela situação e todos os vereadores teriam também de o fazer.

Sra. Vice-Presidente – Disse que já tinham tido tempo suficiente para cada uma das bancadas expressar a sua opinião relativamente àquelas propostas, pelo que também gostaria de poder dar algum contributo relativamente a algumas matérias que foram colocadas.

Disse compreender que o PS não concordasse com a questão do IMI, mas não compreendia se concordava com as propostas apresentadas pela CDU e pelo PSD. Seria importante clarificar a posição do PS, se concordando voltariam à velha questão, a solução que a CDU apresentou tratava de manter os valores do IMI, para poderem executar aquelas propostas.

Disse que estariam no momento em que as circunstâncias diferiam de maio, ainda assim em maio alertaram que aquilo viria acontecer, porque falaram que uma das questões que iria

certamente agravar-se, seriam as questões da inflação e seriam os apoios que teriam que fornecer às famílias e aos nossos munícipes. Lembrava-se que, na altura, aquilo tinha sido falado. Quando as circunstâncias alteravam não deveriam ter o problema de tomar as decisões que lhes seriam devidas, uma vez que era para aquilo que estavam ali, para tomar as decisões que melhor se adequam e se adaptavam àquilo que tinham que fazer pelas pessoas. Quando falavam de justiça social, questões inerentes à sociedade e ao modo em que viviam, teriam de definir prioridades.

Questionou se a prioridade seria a abrangência, seria quanto maior fosse o número de pessoas. Desconhecia e tinha dúvidas.

Questionou se a prioridade seria aqueles que mais necessitavam em determinados momentos. Eram aquelas as decisões que lhes caberia tomar.

Referiu que no seu país a aquisição de uma casa própria foi sem dúvida uma grande conquista, mas infelizmente, nem todos tinham aquela oportunidade de ter uma casa própria e eram normalmente confrontados com aqueles que tinham mais dificuldades, aqueles que não tinham a casa própria e nem sequer tinham essa possibilidade. Muitas daquelas medidas que provavelmente iriam aprovar, num conjunto de medidas muito relevantes, propostas também pelo PSD, iriam chegar a famílias, nomeadamente do escalão B, saberia que nas escolas beneficiariam um pouco, mas muitas vezes até tinham tantas dificuldades como aquelas crianças que estavam no escalão A. Sendo certo que muitas vezes tinham que fazer aquelas ginásticas para transformar o escalão A em escalão B. Também haveria outro fenómeno, muitas crianças que infelizmente não tinham acesso aos abonos de família e que sabiam que também passavam por dificuldades. Para quem era professor saberia muito bem aquela realidade.

As medidas que propunham no âmbito até da educação e da infância, seriam muito relevantes, porque como alguém dizia, o desenvolvimento estaria sustentado naquilo que seria a educação das suas crianças.

A nível dos alunos, desde o pré-escolar até ao secundário, estariam abrangidos pelo escalão A e pelo escalão B, rondariam as cinco mil crianças. Todos os que estariam no escalão A, já tinham aquela isenção, mas todos os que estariam no escalão B, que seriam cerca de 1.850, não tinham aquele tipo benefício. Estariam a falar com base nos dados que tinham recentemente, mas tendo em conta o agravamento da situação, também aqueles números, tanto no escalão A como no escalão B, provavelmente iriam alterar.

O senhor Vereador Joel Marques questionara em que moldes seria aquele reforço do lanche. Aquela proposta vinha ao encontro daquilo que tinha sido uma preocupação da Comissão Permanente do Conselho Municipal de Educação, tentando criar um programa em que as escolas pudessem apoiar as crianças que não tinham o pequeno-almoço ou o lanche. Tinha sido redigido daquela maneira, mas a questão era poderem ter uma verba que pudesse colmatar aquela situação. Alguns dos diretores tinham falado de alguns programas antigos, em que havia uma espécie de mecenato para poder dar resposta. Na ausência de retomarem aquela medida que já tinha sido mais antiga, os próprios diretores propuseram que pudesse ser disponibilizado um valor, por essa razão ponderaram a questão e estariam a ver que maneira iriam fazer. Poderia ser diretamente às escolas, tendo em conta a realidade de cada uma das escolas ou a Câmara adquirindo os produtos naquilo que seriam os lanches. Também contavam com as nutricionistas da Câmara que indicavam o que seria mais apropriado para fazer já um reforço daquilo que tinham, que passava pela distribuição do leite escolar em todas as escolas e também o programa da fruta ao qual o município sempre se candidatava e que naquele ano também iria fazer como complemento àquelas duas medidas já implementadas.

A ideia em relação ao material de desgaste, pretendiam duplicar o valor que já tinham destinado às escolas, também consideravam que seria muito importante poderem alargar as visitas de estudo, porque não pretendiam que os alunos estivessem impedidos de fazerem visitas de estudo por questões meramente economicistas e sabiam que aquilo que atribuíam no âmbito da ação social escolar, apenas estaria direcionado para os alunos do escalão A, sendo que pretendiam alargar também para os outros.

Relativamente à questão do número de pessoas que seriam beneficiadas pelos passes, referiu que o alcance da medida seria muito maior àquele que tinha sido falado. Não poderia ser visto apenas de uma medida economicista, teria de ser visto como um incentivo para que deixassem de usar o veículo particular, utilizando os transportes públicos, certamente que iriam ter ganho a nível ambiental pela utilização do transporte coletivo, bem como a nível das verbas de estacionamento. Aquele seria o princípio que movia a proposta, que não seria somente um princípio economicista, no sentido de reduzir para dez euros, mas sim um incentivo para que mais pessoas usassem os transportes públicos.

Disse que a questão da taxa do IMI sempre fora uma arma de arremesso na Câmara Municipal e sabiam muito bem, para além de todas as questões, seria uma questão eleitoral. Segundo o programa eleitoral, a proposta da CDU ia no sentido de uma descida responsável da taxa do IMI e nunca enganaram ninguém.

Contrariamente àquilo que o senhor Vereador Nuno Cruz disse, não seriam tantos os proprietários no concelho, aqueles valores referiam-se à média nacional e não ao concelho de Setúbal, mas se fossem 100%, certamente seria esse o objetivo da CDU, que todas as pessoas tivessem a sua habitação digna e vivessem em boas condições. Se tivessem de priorizar, aquela seria a prioridade e as medidas que a CDU apresentavam. Se fosse por uma questão de abrangência, poderia ter um cunho mais eleitoral. Quanto mais abrangente melhor, mas iriam votar neles, no futuro. Poderia estar a ser injusta, mas era um princípio que via quando tinham pessoas que nem sequer seriam atingidas pelo IMI, passando por situações muito complicadas e certamente algumas daquelas que eram atingidas pelo IMI, também iriam concorrer para aquelas propostas de benefício que eram propostas, como seria o passe Navegante ou outros casos, nomeadamente naquilo que respeitava às crianças.

Referiu que foi levantada a dúvida dos alunos que iriam para outro concelho não seriam beneficiados. Infelizmente o transporte escolar ainda aguardava uma portaria, a qual teria que regular as questões do transporte escolar para acompanhar a escolaridade obrigatória até ao 12.º ano. A referida portaria fazia parte do acordo que tinha sido feito entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios e estaria previsto cerca de 90 dias para que a mesma fosse implementada, no entanto, os 90 dias estariam a passar e tendo em conta a proposta do PSD, caso a mesma fosse aprovada, a metade do passe seria responsabilidade da Câmara Municipal e não se colocaria a questão dos 10 euros no Navegante Municipal, para as questões dos alunos que utilizavam o transporte escolar. Aquela questão só se colocaria para outras situações, mas não para aqueles que necessitavam de se deslocarem de Azeitão para Palmela ou de Azeitão para Sesimbra, porque estariam garantidos através daquela proposta que foi apresentada. Apenas na área da educação estariam a falar de medidas que envolviam mais de 600 mil euros, o que seria considerar, tendo em conta o âmbito a que estariam a propor, sendo que iriam ser medidas muito significativas para as pessoas.

Sr. Vereador Joel Marques – Informou o senhor Vereador Paulo Calado, que desconhecia o que entendia por monopólio das boas notícias. Seria por pretender ter aquele monopólio que o PSD no ano transato votou contra uma proposta de redução do IMI apresentada pelo Partido Socialista, para depois da reunião seguinte apresentar uma proposta exatamente igual. Provavelmente era aquele o monopólio a que se pretendia referir. Não pretendendo intrometer naquilo que era a estratégia de comunicação do Partido Social Democrata, seria relevante que trocassem o outdoor que tinham à saída de Setúbal para Azeitão, ou então colocarem um autocolante em cima, uma vez que no outdoor referia "*Cumprimos, criação do IMI familiar, a redução do IMI para 0,37*", o qual não fazia referência à redução do IMI para 0,40, mas para 0,37, "*Devolução do IRS de 1,3%*", o qual não fazia referência à devolução de 1%, mas de 1,3%. Em função daquilo que era o sentido de voto que os senhores já tinham deixado transparecer, no que respeitava à proposta de aumento do IMI e da participação variável do IRS, certamente que sentiriam a necessidade de substituir aquele outdoor.

Sra. Vice-Presidente – Apelou ao senhor Vereador Joel Marques que terminasse a sua intervenção, porque já estariam a repetir argumentos.

Sr. Vereador Joel Marques – Informou a senhora Vice-Presidente que não iria demorar muito mais tempo, mas existiam questões que teriam necessariamente de ser respondidas.

O senhor vereador Ricardo Oliveira, a respeito da participação variável do IRS e do IMI, fez afirmações que não correspondiam de todo àquilo que tinha sido dito, nem correspondia àquilo que constava da legislação. No que respeitava ao IMI, o município teria necessariamente que se pronunciar para a definição de uma taxa, já no que respeitava à participação variável no IRS iria rapidamente ler aquilo que constava no, n.º 1 e n.º 2, do artigo 26.º, da Lei n.º 73/2013, de acordo com o n.º 1 “*Os municípios têm direito em cada ano a uma participação variável até 5% do IRS dos sujeitos passivos*” e de acordo com o n.º 2 “*A participação referida no número anterior, depende de liberação sobre a percentagem de IRS*”, significava se não houvesse uma deliberação, a participação seria zero. Poderiam fazer os malabarismos retóricos que entendessem, no entanto, as coisas seriam absolutamente claras.

Informou a senhora Vice-Presidente, que não seriam com as propostas que seriam apresentadas, algumas das quais até seriam coincidentes com as propostas que o Partido Socialista apresentou há duas reuniões atrás, não seria com as propostas de apoio social que o Partido Socialista discordava, muito pelo contrário, aquilo que o Partido Socialista discordava seria com o modelo de financiamento que era encontrado para aquelas medidas.

Referiu que haveria necessidade de perceber que no quadro daquilo que seriam as receitas do município, teriam um aumento de 6,6% nas transferências da Administração Central. Atualmente, uma receita do estacionamento tarifado seria significativamente superior àquilo que foi a receita dos anos transatos, sem falar dos 3,9 milhões de euros de contrapartida pagos pela concessionária, aquando da assinatura do contrato no ano anterior, pelo que estaria a falar de uma receita que estimavam que fosse superior a 1 milhão de euros anualmente. Tratava-se de uma receita que seria três vezes superior, àquilo que foi a receita no período de 2021, que derivava não só do aumento da tarifa em função daquilo que foi o contrato de concessão, mas também da extensão que se registou na área tarifada e que havendo cumprimento do contrato se continuaria a registar. Existiam objetivamente formas de fazer o financiamento daquelas medidas de apoio social ou de outras que fossem eventualmente aprovadas, no entanto, existiam outras formas de fazer esse financiamento, nomeadamente através das receitas com o estacionamento, olhando para aquilo que seriam os encargos do município com uma gestão que permitia pagar menos dos juros de mora, do que aquilo que a Câmara Municipal pagava usualmente. Haveria formas de reduzir despesa e de utilizar receita que, naquele momento, já existia para financiar aquelas medidas.

O PS não poderia aceitar que houvesse um incremento da receita fiscal, face àquilo que já tinha sido aprovado, num aumento objetivo de impostos de 2,1 milhões de euros sobre os setubalenses, sobre a capa de apoio social, quando o mesmo poderia ser enquadrado naquilo que seriam as receitas que o município dispunha.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que iria tentar explicar algumas coisas que dissera e que não foram completamente entendidas. Referia-se ao que parecia ser o entendimento do PS, que não poderia ter o monopólio das boas notícias, porque tendia a ser hegemónico e, num dia, dizia branco e, noutro, preto com a mesma certeza. Aqueles que assistiram a isso por sete anos, tendo companheiros de luta que, apesar de não terem estado no Governo, já estariam um pouco esquecidos, suportaram aquilo. Referiu que também existiam outros partidos que davam boas notícias e naquele dia estariam a dar boas notícias aos setubalenses, pelo menos daquilo que estaria relacionado com a proposta do PSD, a qual teriam a certeza do seu resultado.

Certamente iria utilizar outra frase enigmática na perspetiva do senhor Vereador Joel Marques, o qual não poderia aceitar, porque não faziam a vontade ao PS, então o PS fazia “birra”.

As pessoas mudavam e até existiam pessoas que apoiaram a CDU em mandatos anteriores e agora apoiavam o PS. Aquilo seria normal, caso contrário não haveria mudança de política.

Não deviam vir com brincadeiras e com jogos de palavras, porque o PS cometeu um erro político grave, andaram a dizer durante um mês ou dois que iam propor à Câmara sobre aquela questão, por um calculismo político ou eleitoral, no entanto, não iriam ter benefícios eleitorais daquilo, porque o PSD iria explicar muito bem aos setubalenses. Podiam acreditar que iriam explicar muito bem o que se tinha passado. O PS resolveu não apresentar nada e escudava-se com uma recomendação que apresentara nas duas reuniões anteriores, no entanto, todos sabiam que elas teriam de ser formalizadas ou ser concretizadas. Não lhe cabia a si estar a dizer aquilo, mas via-se obrigado a fazê-lo, pelo que terá questionado se a solução do PS passava por ter medidas daquele género, à custa do valor dos parquímetros e também questionou se o PS seria a favor dos parquímetros, o que seria uma demagogia total. Disse que os vereadores do PS haviam perdido a cabeça.

Provavelmente por não estar presente o Vereador Fernando José as reuniões seriam pouco enquadradas, mas na realidade perderam a noção das coisas.

Questionou se iriam financiar o apoio social com base naqueles que tinham de estacionar os carros e não tinham onde os colocar e qual seria a lógica.

Aquele seria o mesmo tipo de argumento que tiravam relativamente ao IMI, pelo que os Vereadores do PS deveriam dizer coisas que fizessem sentido.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que o senhor Vereador Paulo Calado precisava de ser recordado, que existia um contrato em vigor para os próximos 39 anos.

Sra. Vice-Presidente – Pedia imensa desculpa, mas não estariam a discutir o estacionamento. Estavam há mais de duas horas a discutir aquelas três propostas, e tendo em conta a importância das mesmas, toda a gente conseguira explicar aquilo que seria a sua posição, não iriam só por uma questão “*ele disse, eu disse que tu disseste*” prolongar o debate, que não fazia nenhum sentido. Cada grupo já tinha tido a oportunidade e alguém teria de terminar o debate.

(intervenção inaudível)

Sra. Vice-Presidente – Disse que estava a tentar terminar uma discussão.

(intervenção inaudível)

Sra. Vice-Presidente – Disse que não acabou a democracia, também seria democracia respeitar os tempos de cada um, permitindo que todas dissessem exatamente o necessário, pelo que não fazia sentido uma repetição na discussão.

(intervenção inaudível)

Sra. Vice-Presidente – Disse que gostaria que lhe informassem para quando previam acabar com aquela discussão, provavelmente quando o senhor Vereador se sentisse que já tinha dito tudo aquilo que todos haviam dito. De imediato o senhor Vereador iria falar e provavelmente os outros Vereadores iriam sentir-se no mesmo direito de fazer alguma réplica.

(intervenção inaudível)

Sra. Vice-Presidente – Disse que seria a última vez, para que o senhor Vereador não dissesse que não lhe davam a palavra e frisou que aquela situação não se poderia repetir, porque estavam há duas horas e todos os vereadores que pretenderam usar da palavra, fizeram-no várias vezes.

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Disse que a intervenção do senhor Vereador Pedro Pina fizera sentido, uma vez que seria consistente naquilo que foi o mais importante daquelas duas

horas, tinha inclusivamente tido a amabilidade e a justeza de referir que algumas das propostas tiveram um contributo daquilo que seria a recomendação do PS, no entanto, a determinada altura, tal como a senhora Vice-Presidente fez, resolvera interrogar, ainda que não tivesse o ponto de interrogação muito expresso, se o PS iria ou não acompanhar as propostas, sendo que o seu camarada, Vereador Joel Marques, já o havia dito.

Disse que enquanto líder de bancada pretendia dizer claramente, que não iriam acompanhar a proposta do aumento do IMI, mas iriam acompanhar aquilo que seria o mais relevante naquele momento, aquilo que seriam as outras duas propostas. Significava que iriam votar favoravelmente a proposta das medidas apresentadas pela CDU e pelo PSD.

Quanto ao resto, certamente teriam mais reuniões e outros sítios para o debate.

Sr. Vereador Nuno Cruz – Disse pretender fazer a defesa da honra. Nunca pensara que em quatro anos precisasse de utilizar aquela alínea, mas infelizmente, pela intervenção de uma pessoa por quem tinha muita consideração, a mesma foi infeliz quando referira que no Partido Socialista existia um conjunto de pessoas que já tinham apoiado a CDU e que posteriormente mudaram para o PS. Aquilo seria o mesmo que diminuir as referidas pessoas, pondo em causa um direito livre que as pessoas tinham, de no passado terem apoiado um partido e no futuro apoiar outro.

Disse que já tinha feito parte das listas da CDU e já tinha sido eleito pelo partido que estava atualmente na gestão da Câmara Municipal de Setúbal, no entanto, não se arrependera minimamente de ter mudado para a bancada do Partido Socialista. Só tinha pena de não ter sido mais cedo, porque estaria sempre pelo interesse dos setubalenses. Enquanto houvesse democracia naquele país, teriam sempre todo o direito de estar ao lado das forças políticas que entendiam.

Sra. Vice-Presidente – Disse haver matérias regimentais, que não seriam discutidas naquela altura, mas a responsabilidade ia para além daquilo que de vez enquanto acontecia naquelas reuniões de câmara. O senhor Vereador usou uma figura regimental, no entanto, considerou que a honra do senhor Vereador não foi beliscada.

Não havendo mais intervenções a senhora Vice-Presidente colocou à votação a proposta n.º 33/2022 – GAP “Medidas extraordinárias de mitigação dos efeitos da crise económica e social para o ano 2023”, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 2 abstenções do PSD e 9 votos favoráveis da CDU e do PS.

De imediato colocou a votação a proposta n.º 5/2022 GAVPSD “Medidas de Apoio às Famílias e Empresas”, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Posteriormente colocou à votação a proposta n.º 2642/2022 – DAF/DICOR “Imposto Municipal sobre os Imóveis (IMI) do ano 2022 a cobrar em 2023 e a participação variável do IRS no ano 2023”, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 5 votos favoráveis da CDU, 2 abstenções do PSD e 4 votos contra do Partido Socialista.

Sr. Vereador Joel Marques – Fez a seguinte declaração de voto: “O Partido Socialista votou contra esta proposta de Imposto Municipal sobre Imóveis a cobrar em 2023, bem como da participação variável do IRS no ano 2023, por entender que este aumento de impostos face à proposta anteriormente aprovada, não é via correta para fazer o financiamento dos apoios sociais. Entendemos que o município dispõe de receitas, o município tem contratualizado uma concessão de estacionamento tarifado válida por 40 anos da qual decorreu pouco mais do que um ano e cujas receitas são, entendemos nós, suficientes para fazer face às despesas de apoio social que foram hoje aqui aprovadas. Independentemente daquilo que é a intencionalidade de algumas bancadas, no que respeita à análise que fazem em cada momento da receita do estacionamento, a verdade é que, quer nós gostemos, quer não, enquanto a concessão durar, e nós não gostamos como compreendem, enquanto a

concessão durar esta receita é uma receita municipal, tem que ser alocada a uma determinada despesa e nós entendemos que a despesa correta para alocar essa receita, são as despesas de apoio social.”

Sra. Vereadora Sónia Martins – Fez a seguinte declaração de voto: *“Os mais recentes dados do Observatório Nacional da luta contra a pobreza apontam quase 2 milhões de portugueses que vivem em situação de pobreza e sem os apoios sociais seriam 4,4 milhões de pobres, ora, isto demonstra a fragilidade vivida pela generalidade dos portugueses a que, infelizmente, os setubalenses não são exceção, aliás, como sabemos historicamente na península de Setúbal, o impacto das crises é sempre sentido de forma severa pelas populações. Todos nós nos recordamos, porque vivenciámos direta ou indiretamente a fome que assolou esta região na década de 80 e que deixou muitos setubalenses na pobreza extrema. Perante o agravamento da crise e por considerarmos que as medidas que o Governo apresentou para fazer face à inflação e à escalada dos preços, são manifestamente insuficientes e por considerarmos também que, nos últimos 7 anos, nada foi feito para atenuar as desigualdades em Portugal, o PSD apresentou em reunião de câmara medidas que apoiem as famílias, principalmente as que menos podem. Não deixámos de fora as empresas que viram aumentar brutalmente o custo de produção provocado pelo aumento da energia, que são importantes geradores de riqueza e de postos de trabalho. A nossa preocupação em apoiar as empresas reside também na salvaguarda dos trabalhadores, uma vez que muitos deles, porque muitos dos trabalhadores por conta de outrem vive em situação de pobreza. As medidas que propomos, surgem após uma análise rigorosa do orçamento e das reais possibilidades financeiras da Câmara Municipal de Setúbal. O PSD como oposição responsável e séria não pode ignorar a situação de fragilidade da Câmara Municipal, as medidas aprovadas representam um encargo para o orçamento municipal de 1,1 milhões de euros. As políticas erradas dos últimos mandatos obrigaram a Câmara Municipal de Setúbal a recorrer frequentemente a empréstimos bancários para fazer face às despesas correntes e, por isso, não se encontra neste momento em condições de apoiar os setubalenses como mereciam. Não nos podemos esquecer de alguns investimentos que não tiveram até à data qualquer retorno para a população e que pesa muito nas contas da Câmara Municipal. Referimos concretamente a aquisição da Praça de Touros Carlos Relvas há 5 anos pelo valor de 1,2 milhões de euros e de IMA Parque há 3 anos pelo valor de 4,5 milhões de euros, estes investimentos permitiriam que os apoios fossem mais longe e chegassem a mais famílias. Há muitos anos que o PSD defende a diminuição dos impostos municipais em Setúbal. Durante anos Setúbal foi um dos municípios com a taxa de IMI mais elevado. O PSD não permitirá que isso volte a acontecer, durante tantos anos debatemo-nos sozinhos pela redução dos impostos municipais, nomeadamente do IMI, nos Órgãos Deliberativos Municipais. Nos nossos programas eleitorais autárquicos sempre propusemos a descida do IMI, a criação do IMI familiar e a devolução da taxa de IRS. O nosso compromisso para o presente mandato autárquico conta-se cumprido quanto à taxa de IMI fixada em 0,40, o que se traduz na devolução de cerca de 2,150 milhões de euros. Concretizámos também a criação de IMI Familiar, o que significa a devolução de cerca de 325 mil euros às famílias setubalenses. Quanto à devolução de IRS já conseguimos que fossem devolvidos 500 mil euros aos setubalenses. O PSD viabilizou manutenção em 2023 da taxa de IMI e da devolução do IRS aprovadas em 2002, não se verificando um aumento de impostos como o Partido Socialista quer fazer crer, estes impostos municipais mantêm-se, não aumentam. A receita que resulta desta manutenção permite que o orçamento municipal acolha as medidas de apoio às famílias e empresas e não coloca em causa o pagamento dos salários dos trabalhadores da Câmara Municipal, o pagamento aos fornecedores e o pagamento das obrigações que a Câmara Municipal tem à banca. Fazemos uma oposição responsável à CDU, defenderemos os superiores interesses da população, mas jamais permitiremos deixar a Câmara Municipal de Setúbal, como o PS diversas vezes já fez ao país e ao próprio Município de Setúbal, na bancarrota. Depois do 25 de Abril, o FMI intervencionou Portugal duas vezes, curiosamente sempre pela mão do Partido Socialista. Por último, reforçar que esta tomada de posição do*

PSD em manter os impostos, em aprovar medidas de apoio às famílias e empresas, permite que uma maior franja da população seja abrangida pelos apoios, o que significa que haverá mais famílias beneficiadas."

3. Deliberação n.º 3699/2022 – Proposta n.º 2644/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de São Jorge, n.ºs 25, 27 e 29 – 1.º Andar, em Setúbal

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 20.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que o PSD propunha votar as propostas de uma só vez, desde a deliberação n.º 3699/2022, referente ao ponto 3 da Ordem de Trabalhos, à deliberação n.º 3756/2022, referente ao ponto 60 da Ordem de Trabalhos, caso nenhuma das bancadas se opusesse.

Sra. Vice-Presidente – Questionou os senhores vereadores do PS se estariam de acordo com a proposta apresentada pela senhora Vereadora Sónia Martins.

Estando todos de acordo, procedeu à votação em bloco, desde a deliberação n.º 3699/2022, referente ao ponto 3 da Ordem de Trabalhos, à deliberação n.º 3756/2022, referente ao ponto 60 da Ordem de Trabalhos, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade.

4. Deliberação n.º 3700/2022 – Proposta n.º 2645/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Augusto Cardoso, n.º 47, tornejando para a Travessa das Lobas, n.º 20, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 21 (ver ponto 3).

5. Deliberação n.º 3701/2022 – Proposta n.º 2646/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de Vanicelos, n.º 12 - R/C Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 22 (ver ponto 3).

6. Deliberação n.º 3702/2022 – Proposta n.º 2647/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Amadeu de Sousa Cardoso, n.ºs 9 a 11, Praceta Santa Rita-Pintor, n.ºs 4 a 6 - 5º Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 23 (ver ponto 3).

7. Deliberação n.º 3703/2022 – Proposta n.º 2648/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Sítio de Picheleiros, Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 24 (ver ponto 3).

8. Deliberação n.º 3704/2022 – Proposta n.º 2649/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida D. Manuel I, n.º 31 – 3.º Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 25 (ver ponto 3).

9. Deliberação n.º 3705/2022 – Proposta n.º 2650/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Augusto dos Santos, Lote 15 – 1.º Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 26 (ver ponto 3).

10. Deliberação n.º 3706/2022 – Proposta n.º 2651/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Bartolomeu Dias, n.º 24 – 3.º Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 27 (ver ponto 3).

11. Deliberação n.º 3707/2022 – Proposta n.º 2652/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Sítio de Picheleiros, Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 28 (ver ponto 3).

12. Deliberação n.º 3708/2022 – Proposta n.º 2653/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua João Maria Jales, n.º 12 – 1.º Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 29 (ver ponto 3).

13. Deliberação n.º 3709/2022 – Proposta n.º 2654/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Figueirão e Cachoeiras, Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 30 (ver ponto 3).

14. Deliberação n.º 3710/2022 – Proposta n.º 2655/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Frei António das Chagas, n.º 29 – 3.º Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 31 (ver ponto 3).

15. Deliberação n.º 3711/2022 – Proposta n.º 2656/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Agostinho da Silva, n.º 2 - R/C Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 32 (ver ponto 3).

16. Deliberação n.º 3712/2022 – Proposta n.º 2657/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Gama Braga, n.º 14, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 33 (ver ponto 3).

17. Deliberação n.º 3713/2022 – Proposta n.º 2658/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Cevedeira, Praceta João Soares, n.º 4 - R/C Frt., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 34 (ver ponto 3).

18. Deliberação n.º 3714/2022 – Proposta n.º 2659/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Fé, n.º 18 – 3.º Frt., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 35 (ver ponto 3).

19. Deliberação n.º 3715/2022 – Proposta n.º 2660/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Pedro da Silva "O Luminárias", n.ºs 11, 11A e 11B – 4.º A, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 36 (ver ponto 3).

20. Deliberação n.º 3716/2022 – Proposta n.º 2661/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Luísa Todi, n.ºs 414 e 416 – 2.º Andar, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 37 (ver ponto 3).

21. Deliberação n.º 3717/2022 – Proposta n.º 2662/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Dom Paio Peres Correia, n.º 9 – 2.º Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 38 (ver ponto 3).

22. Deliberação n.º 3718/2022 – Proposta n.º 2663/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua D. Pedro Fernandes Sardinha, n.º 1-B - R/C Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 39 (ver ponto 3).

23. Deliberação n.º 3719/2022 – Proposta n.º 2664/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Ana Gonçalves, n.º 1 – 5.º C, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 40 (ver ponto 3).

24. Deliberação n.º 3720/2022 – Proposta n.º 2665/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Olavo Bilac, n.ºs 1, 3, 5 e 7 – 2.º Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 41 (ver ponto 3).

25. Deliberação n.º 3721/2022 – Proposta n.º 2666/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada da Baixa de Palmela, n.º 27 - R/C Loja, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 42 (ver ponto 3).

26. Deliberação n.º 3722/2022 – Proposta n.º 2667/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada da Baixa de Palmela, n.º 27 – 1.º Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 43 (ver ponto 3).

27. Deliberação n.º 3723/2022 – Proposta n.º 2668/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada da Baixa de Palmela, n.º 27 – 1.º Frt., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 44 (ver ponto 3).

28. Deliberação n.º 3724/2022 – Proposta n.º 2669/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada da Baixa de Palmela, n.º 27 – 1.º Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 45 (ver ponto 3).

29. Deliberação n.º 3725/2022 – Proposta n.º 2670/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada da Baixa de Palmela, n.º 27 – 2.º Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 46 (ver ponto 3).

30. Deliberação n.º 3726/2022 – Proposta n.º 2671/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada da Baixa de Palmela, n.º 27 – 3.º Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 47 (ver ponto 3).

- 31. Deliberação n.º 3727/2022 – Proposta n.º 2672/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Estrada da Baixa de Palmela, n.º 27 – 3.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 48 (ver ponto 3).

- 32. Deliberação n.º 3728/2022 – Proposta n.º 2673/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida São Francisco Xavier, Lote 7 – 4.º Andar, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 49 (ver ponto 3).

- 33. Deliberação n.º 3729/2022 – Proposta n.º 2674/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Nuno Álvares, n.ºs 8, 8A e 8B - R/C B, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 50 (ver ponto 3).

- 34. Deliberação n.º 3730/2022 – Proposta n.º 2675/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – João Eloy do Amaral, n.ºs 55 e 57, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 51 (ver ponto 3).

- 35. Deliberação n.º 3731/2022 – Proposta n.º 2676/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Camilo Castelo Branco, n.º 225, gaveto com a Rua António José Baptista, n.ºs 1, 3, 3A, 5, 7, 9 e 9A – 4.º A, Bloco C, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 52 (ver ponto 3).

- 36. Deliberação n.º 3732/2022 – Proposta n.º 2677/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Minas da Borralha, n.º 1 – 3.º C (Antigo Lote 18), em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 53 (ver ponto 3).

- 37. Deliberação n.º 3733/2022 – Proposta n.º 2678/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Fernando Santos, n.º 40 C (Quinta do Montalvão, Lote 10 C), em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 54 (ver ponto 3).

- 38. Deliberação n.º 3734/2022 – Proposta n.º 2679/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Ruben de Carvalho, n.º 1 – 3.º C, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 55 (ver ponto 3).

- 39. Deliberação n.º 3735/2022 – Proposta n.º 2680/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Pêro da Covilhã, n.º 1 – 6.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 56 (ver ponto 3).

- 40. Deliberação n.º 3736/2022 – Proposta n.º 2681/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua João Maria Afonso Lopes, n.º 3 – 3.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 57 (ver ponto 3).

- 41. Deliberação n.º 3737/2022 – Proposta n.º 2682/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Fernão Mendes Pinto, n.º 1 – 1.º C, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 58 (ver ponto 3).

- 42. Deliberação n.º 3738/2022 – Proposta n.º 2683/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Quatro Caminhos, n.º 26 – 4.º C, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 59 (ver ponto 3).

43. Deliberação n.º 3739/2022 – Proposta n.º 2684/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Alameda dos Plátanos, n.º 12, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 60 (ver ponto 3).

44. Deliberação n.º 3740/2022 – Proposta n.º 2685/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Afonso de Albuquerque, n.º 2 – 4.º A, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 61 (ver ponto 3).

45. Deliberação n.º 3741/2022 – Proposta n.º 2686/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Almeida de Carvalho, n.º 4 – 1.º Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 62 (ver ponto 3).

46. Deliberação n.º 3742/2022 – Proposta n.º 2687/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, n.ºs 10, 10A a 10E e Rua Acácio Barradas, 2.º A, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 63 (ver ponto 3).

47. Deliberação n.º 3743/2022 – Proposta n.º 2688/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo Aquilino Ribeiro, n.º 13 – 3.º Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 64 (ver ponto 3).

48. Deliberação n.º 3744/2022 – Proposta n.º 2689/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Natália Correia, n.º 18 – 1.º Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 65 (ver ponto 3).

49. Deliberação n.º 3745/2022 – Proposta n.º 2690/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Lúcia da Encarnação Maracoto, n.º 63 – 5.º A, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 66 (ver ponto 3).

50. Deliberação n.º 3746/2022 – Proposta n.º 2691/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Alfazema, n.º 11 – 2.º Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 67 (ver ponto 3).

51. Deliberação n.º 3747/2022 – Proposta n.º 2692/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Joaquim Campos, Lote 1 - R/C Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 68 (ver ponto 3).

52. Deliberação n.º 3748/2022 – Proposta n.º 2693/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Fernão Lopes, n.ºs 10, 10A, 10B e 10C – 6.º Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 69 (ver ponto 3).

53. Deliberação n.º 3749/2022 – Proposta n.º 2694/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento de Jesus Caraça, n.º 75 – 1.º C, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 70 (ver ponto 3).

54. Deliberação n.º 3750/2022 – Proposta n.º 2695/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua João Eloy do Amaral, n.ºs 116 a 132, tornejando para a Travessa das Amoreiras, n.ºs 1 e 3 - R/C, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 71 (ver ponto 3).

55. Deliberação n.º 3751/2022 – Proposta n.º 2696/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua General Gomes Freire, n.ºs 148, 150 e 152, gaveto com a Rua Camilo Castelo Branco – 1.º Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 72 (ver ponto 3).

56. Deliberação n.º 3752/2022 – Proposta n.º 2697/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento de Jesus Caraça, n.ºs 79 a 85, tornejando para Rua Jorge Claro e Largo José Joaquim Cabecinha, n.ºs 8 a 8D – 1.º G, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 73 (ver ponto 3).

57. Deliberação n.º 3753/2022 – Proposta n.º 2698/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Camilo Castelo Branco, n.º 132 - R/C Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 74 (ver ponto 3).

58. Deliberação n.º 3754/2022 – Proposta n.º 2699/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Moinho do Frade, n.ºs 26 a 32, com traseiras para a Rua General Gomes Freire, n.ºs 85 a 95 – 5.º Andar, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 75 (ver ponto 3).

59. Deliberação n.º 3755/2022 – Proposta n.º 2700/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Poeta Bocage, n.ºs 10 e 12 – 1.º Dto., em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 77 (ver ponto 3).

60. Deliberação n.º 3756/2022 – Proposta n.º 2701/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Tenente Jean Raymond, n.º 7 – R/C D, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 78 (ver ponto 3).

61. Deliberação n.º 3757/2022 – Proposta n.º 2702/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Renovação do contrato de concessão do uso privativo de terreno do domínio público, para instalação e exploração de parque de campismo, na Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra – Clube de Campismo de Setúbal

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 79.

A Sra. Vice-Presidente pôs a proposta à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

62. Deliberação n.º 3758/2022 – Proposta n.º 2705/2022 – DAF/DICONT – 8.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 7.ª ao Plano de Atividades e 7.ª ao Plano Plurianual de Investimentos

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 80 a 83.

A Sra. Vice-Presidente pôs a proposta à votação, tendo sido aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor, da CDU, e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

63. Deliberação n.º 3776/2022 – Proposta n.º 2642/2022 – DAF/DICOR – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do ano 2022 a cobrar em 2023 e participação variável do IRS no ano de 2023

A proposta foi aprovada por maioria e em minuta, com 5 votos a favor da CDU, 2 abstenções do PSD e 4 votos contra do Partido Socialista, conforme documento anexo registado sob o n.º 84 (ver ponto 2).

64. Deliberação n.º 3759/2022 – Proposta n.º 97/2022 – DCDJ – Aditamento ao Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Setúbal, a União das Freguesias de Setúbal e a Associação Centro de Bem Estar Social dos Reformados e Idosos de Setúbal

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 85.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que gostaria de saber se o valor horário que cada uma das pessoas que seriam abrangidas pelo protocolo de colaboração, que depois seriam recompensadas pelo seu trabalho voluntário, seria igual para todos. Para quem fazia a vigilância nas casas de banho do PUA, para quem fazia a vigilância na Avenida, no resto do parque ou no estacionamento.

Questionou se estariam a falar de um valor, que depois seria distribuído exatamente da mesma forma, conforme a carga horária de voluntariado de cada um dos cidadãos.

Sr. Vereador Pedro Pina – Informou o senhor Vereador Joel Marques, que não conseguia responder em rigor àquela questão, no entanto, julgava que sim.

Caso não considerasse que fosse um elemento determinante para a votação, traria a informação e posteriormente faria chegar, para que não estivesse a cometer nenhuma gafe.

A Sra. Vice-Presidente pôs a proposta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

65. Deliberação n.º 3760/2022 – Proposta n.º 98/2022 – DCDJ/DISOC – Comemorações do Dia Internacional das Pessoas Idosas 2022 – Apoio financeiro

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 86, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Vice-Presidente pôs a proposta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

66. Deliberação n.º 3761/2022 – Proposta n.º 799/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura para alterações de fachada - Processo n.º 428/21

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 87.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que gostaria de propor à senhora vereadora Rita Carvalho, caso não houvesse nenhum impedimento e caso houvesse concordância por todas as bancadas, que votassem desde a deliberação n.º 3761/2022, referente ao ponto n.º 66 da Ordem de Trabalhos até à deliberação n.º 3774/2022, referente ao ponto n.º 79 da Ordem de Trabalhos.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que não haveria nenhum inconveniente.

Sra. Vice-Presidente – Questionou se os senhores Vereadores da bancada do PS colocavam algum inconveniente. Não havendo, foram colocadas a votação em bloco desde a deliberação n.º 3761/2022, referente ao ponto n.º 66 da Ordem de Trabalhos até à deliberação n.º 3774/2022, referente ao ponto n.º 79 da Ordem de Trabalhos, tendo sido aprovadas por unanimidade.

67. Deliberação n.º 3762/2022 – Proposta n.º 800/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de moradia unifamiliar, garagem, piscina e muro de vedação - Processo n.º 171/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 88 (ver ponto 66).

68. Deliberação n.º 3763/2022 – Proposta n.º 801/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de moradia unifamiliar térrea, alpendre/pala, garagem, piscina e muro de vedação - Processo n.º 186/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 89 (ver ponto 66).

69. Deliberação n.º 3764/2022 – Proposta n.º 802/2022 – DURB/DIGU – Aprovação das alterações às especificações do alvará de loteamento n.º 2/1983 - Processo n.º 245/83

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 90 (ver ponto 66).

70. Deliberação n.º 3765/2022 – Proposta n.º 803/2022 – DURB/DIGU – Homologação do auto de vistoria – Alojamento local - Processo n.º 173/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 91 e 92 (ver ponto 66).

71. Deliberação n.º 3766/2022 – Proposta n.º 804/2022 – DURB/DIGU – Homologação do auto de vistoria – alojamento local - Processo n.º 177/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 93 e 94 (ver ponto 66).

72. Deliberação n.º 3767/2022 – Proposta n.º 805/2022 – DURB/DIGU – Emissão de parecer favorável à ocupação do espaço público - Processo n.º 89/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 95 (ver ponto 66).

73. Deliberação n.º 3768/2022 – Proposta n.º 806/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura - Processo n.º 83/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 96 (ver ponto 66).

74. Deliberação n.º 3769/2022 – Proposta n.º 807/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura, de legalização de alterações efetuadas ao edifício de usos mistos, alteração de uso de uma unidade suscetível de utilização independente e concessão da licença construção - Processo n.º 311/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 97 (ver ponto 66).



**75. Deliberação n.º 3770/2022 – Proposta n.º 808/2022 – DURB/GAPRU –
Concessão da licença de construção de alteração de edifício habitacional -
Processo n.º 341/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 98 (ver ponto 66).

**76. Deliberação n.º 3771/2022 – Proposta n.º 809/2022 – DURB/GAPRU –
Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio,
introduzidas no decorrer da obra - Processo n.º 454/04**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 99 (ver ponto 66).

**77. Deliberação n.º 3772/2022 – Proposta n.º 810/2022 – DURB/GAPRU –
Concessão da licença de construção de reabilitação e ampliação de
edifício habitacional - Processo n.º 551/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 100 (ver ponto 66).

**78. Deliberação n.º 3773/2022 – Proposta n.º 811/2022 – DURB/GAPRU –
Concessão da licença de construção de reconstrução e alteração de
edifício afeto a serviços - Processo n.º 337/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 101 (ver ponto 66).

**79. Deliberação n.º 3774/2022 – Proposta n.º 812/2022 – DURB/GARIU – Lona
publicitária c/ 30m2 em empena - Processo n.º 160/15**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 102 a 104 (ver ponto 66).

**80. Deliberação n.º 3775/2022 – Proposta n.º 5/2022 – GAVPSD – Medidas de
Apoio às Famílias e Empresas**

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 105 (ver ponto 2).

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram vinte horas e vinte e três minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

A Vice-Presidente da Câmara,

Carla Alexandra Potrica Guerreiro

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 22 de março de 2023, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 51 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por: Vítor Marcos

Conferida por: Ana Paula Lico

Revista por: Paulo Hortênsio